

# ESTUDOS DE HERÁLDICA MEDIEVAL

COORDENAÇÃO

**Miguel Metelo de Seixas  
Maria de Lurdes Rosa**

**Sousas Chichorros e Sousas de Arronches:  
um enigma heráldico**  
**Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles**



## Sousas *Chichorros* e Sousas *de Arronches*: um enigma heráldico

Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles

Aos olhos dos genealogistas de todas as épocas, a estirpe medieval dos Sousões ocupou, pelo seu poder e prestígio, um lugar ímpar no seio da nobreza portugalense. Do ponto de vista heráldico, tal posição de destaque traduziu-se em algumas idiosincrasias que a distinguem das demais linhagens coetâneas. Logo à partida, porém, e mesmo sem nada conhecer de tais especificidades, a simples consulta de qualquer armorial colocará o interessado perante uma curiosidade evidente: aos Sousas que permaneceram no reino de Portugal são atribuídas duas armas diferentes, umas correspondentes ao ramo dito *do Prado* (ou, mais remotamente, *Chichorro*), as outras ao ramo dito *de Arronches*. Salvo variações menores e abstraindo de alguma oscilação ao longo dos séculos (sobretudo no que toca à representação dos quartéis com as armas reais), ambas consistem num esquartelado: as primeiras combinam as insígnias régias portuguesas com as leonesas (fig. 1); as segundas, com os antigos sinais próprios da linhagem – em campo de vermelho, uma caderna de crescentes de prata (fig. 2). Esta diversidade apresenta-se como um caso pouco comum na heráldica portuguesa, uma vez que ao mesmo apelido se vêem assim associadas duas armas

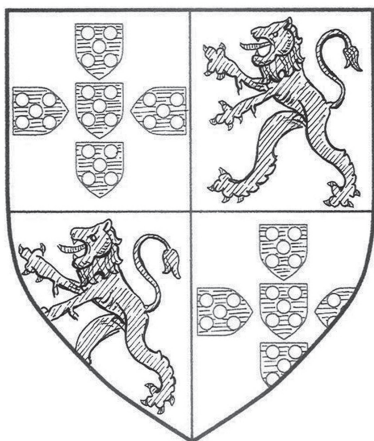


Fig. 1 - Armas dos Sousas *Chichorros* ou *do Prado*.

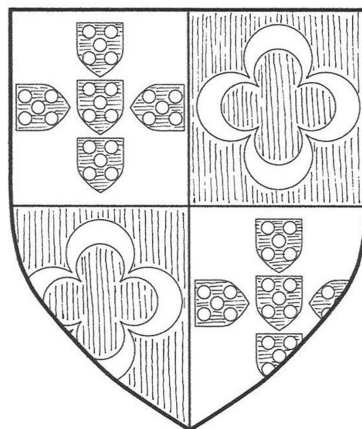


Fig. 2 - Armas dos Sousas *de Arronches*.

substancialmente diferentes, na medida em que os seus elementos constitutivos apenas convergem na opção formal da partição do escudo em quatro e na apresentação dos sinais de entroncamento na linhagem régia. Para cúmulo do espanto, um dos ramos chega a omitir, no seu esquartelado, os emblemas específicos da estirpe, ou seja, a caderna de crescentes que os Sousões tão ufanamente ostentaram! (fig. 3) Tal desfasamento entre armas de duas linhagens que evocam uma origem comum e usam o mesmo sobrenome vem colocar uma série de questões sobre a relação entre heráldica, onomástica, estrutura da família, formas de construção da identidade linhagística e de transmissão da memória e do património na nobreza portuguesa medieval. Assim, procuraremos desvendar o enigma heráldico colocado pelas armas dos Sousas, para a partir dele reflectirmos sobre essas questões mais genéricas.

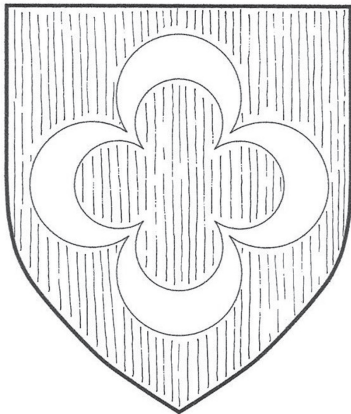


Fig. 3 - Armas dos antigos Sousas ou Sousões.

Principiemos por fazer um ponto da situação no que se refere aos estudos até agora dedicados à heráldica desta linhagem. São vários os autores que se têm debruçado sobre as armas dos Sousas, começando pelo clássico estudo de Braamcamp Freire nos *Brasões da Sala de Sintra*, de 1899<sup>1</sup>. O título desta obra pode, porém, induzir em certo erro, pois que nela a heráldica serve tão-somente de ponto de partida para digressões de natureza histórica e genealógica, sem evidenciar preocupação marcante com o estudo das insígnias

propriamente ditas. Assim, no capítulo dedicado aos Sousas, Braamcamp Freire apenas se referiu às respectivas armas de forma esporádica e descritiva<sup>2</sup>, sem cuidar de aprofundar as circunstâncias históricas da formação e existência dos emblemas. A multiplicidade e brevidade das referências heráldicas traduzem a vontade do autor em definir as armas usadas por cada ramo da família, sem intenção de explicar o porquê das escolhas. Neste sentido, a obra de Braamcamp Freire, percorrida por um rigor constante no que se refere à dimensão heurística, denota uma valia diferenciada quanto às

<sup>1</sup>FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, (introdução de Luís Bivar Guerra), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, vol. I, pp. 201-298. A primeira edição, ainda com a grafia de *Brasões da Sala de Cintra*, é de Lisboa, Francisco Luiz Gonçalves, 1899-1905, 3 volumes; dada a escassez de exemplares desta primeira edição e o manifesto interesse do público, a obra foi reimpressa em Coimbra, pela Imprensa da Universidade, entre 1921 (ano da morte do autor) e 1930; teve uma 3.ª edição em 1973, acima citada, com estudo de Luís de Bivar Guerra; e, por fim, a mesma instituição veio a realizar uma 4.ª edição em 1996.

<sup>2</sup>FREIRE, *Brasões...*, vol. I, pp. 201, 209, 211, 212, 225-226, 229, 235, 237, 239, 276, 279, 282-283.

áreas da genealogia e da heráldica. No primeiro destes campos, o seu contributo afigura-se inegável para a regeneração epistemológica da disciplina e para a sua valorização como forma de escrever história. No segundo, pelo contrário, o autor progride sobretudo nos aspectos metodológicos, podendo mesmo ser considerado como o criador de um saber heráldico fundamentado em fontes referenciadas, mas não demonstra propensão para alterar a noção da disciplina então vista como instrumento auxiliar ao serviço do historiador, usado para mera comprovação de identidades e cronologias.

Abordagem diferente foi a de António Machado de Faria, a quem se deve um dos textos mais marcantes para a renovação dos estudos de heráldica medieval portuguesa, publicado em 1944 e intitulado *Origens da Heráldica Medieval Portuguesa*<sup>3</sup>. Não obstante diversos aspectos especulativos e discutíveis, que o autor aliás apresentou como tais, este trabalho constituiu uma primeira tentativa de fornecer uma visão global do aparecimento e uso dos emblemas heráldicos medievais. Uma das principais teses do autor reportou-se à constituição de *famílias heráldicas*, ou seja, ao fenómeno de mimetismo das armas de diferentes linhagens por via genealógica<sup>4</sup>. Para ilustrar esta sua tese, Machado de Faria juntou, no final do seu opúsculo, um quadro com a divulgação dos crescentes, tendo como ponto de partida a caderna dos Sousões (fig. 3), que fez remontar a D. Mendo Viegas de Sousa, e exemplificando a transmissão desses móveis heráldicos, por via de descendência consanguínea, aos Sousas *de Arronches*, Pintos, Briteiros (de D. Mendo Rodrigues de Briteiros), Alardos, Meireles, Carvalhos, Pessoas, Homens, Gatos e Barbosas.

Em trabalho vindo a lume em 1965, Francisco de Simas Alves de Azevedo tratou de analisar a origem e a difusão das armas dos Sousas, salientando que o uso da caderna de crescentes devia remontar ao conde D. Mendo Gonçalves de Sousa, o *Sousão*, mordomo-mor, não obstante só se encontrar documentado nas pessoas dos seus filhos D. Gonçalo († 1239), igualmente mordomo-mor, e D. Vasco Mendes de Sousa († 1242)<sup>5</sup>, bem como nas armas de D. Mendo Rodrigues de Briteiros<sup>6</sup>. Ao

<sup>3</sup> CABRAL, António Machado de Faria de P., *Origens da Heráldica Medieval Portuguesa*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1944.

<sup>4</sup> Para um estado da questão deste assunto, cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo, “Em redor das armas dos Ataídes: a problemática da «família heráldica» das bandas”, *Armas e Troféus*, 2008, IX série, pp. 53-95.

<sup>5</sup> Sendo certo que o escudo que ornamenta o seu túmulo se apresenta hoje liso, este autor assinalou contudo a presença do crescente, *sinhal* da linhagem dos Sousas, no pomo da espada figurada na respectiva tampa sepulcral: “Dom Vasco Mendes, décédé en 1242, semble avoir, sur son tombeau, un croissant sur le pommeau de son épée”. AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, “Un fameux écartelé portugais”, *Archivum Heraldicum*, 1965, n.º 2-3, pp. 29-34, p. 29.

<sup>6</sup> AZEVEDO, “Un fameux écartelé...”, pp. 29-34.

considerar a disposição peculiar dos crescentes em caderna, este autor evidenciou o seguinte:

“On peut interpréter le lunel comme étant quatre croissants *mis en croix*; les armes des rois du Portugal étaient formées seulement jusque vers l’an 1248, date de l’accession d’Alphonse III, de cinq écussons besantés *mis en croix* [...]. On peut admettre que les armes des Sousa, comme celles des rois du Portugal, sont issues de l’idée de la Croisade.”<sup>7</sup>

Além do efeito de mimetismo em relação às armas régias portuguesas, Simas Alves de Azevedo apontou ainda outra hipótese interpretativa para a caderna de crescentes dos Sousas, como cristianização de um sinal conotado com o inimigo islâmico: assim, ao apoderar-se dos crescentes tradicionalmente ostentados pelos mouros e ao dispô-los de forma a aludir ao símbolo da cruz, tal emblema estaria a significar, recordar e invocar a vitória das forças cristãs. O autor concentrou-se, de seguida, na descrição de alguns monumentos que permitem traçar a origem das armas dos Sousas *de Arronches* (fig. 2), limitando-se porém a explicar que o esquartelamento das armas antigas da linhagem com as do reino traduzia a aliança matrimonial de uma herdeira da estirpe com um bastardo régio, no caso D. Afonso Dinis, filho de D. Afonso III. O mesmo autor haveria de retomar o tema da heráldica dos Sousas em 1982, dedicando, desta vez, atenção especial ao outro grande ramo, o dos *Chichorros*<sup>8</sup>. Começando por arrolar as fontes modernas para tais armas, Simas Alves de Azevedo aceitou, implicitamente, o desconhecimento de vestígios ou referências anteriores ao século XV. Não obstante, considerou, como adiante veremos com mais atenção, que o esquartelado deste ramo devia remontar a Martim Afonso de Sousa, *o da Batalha Real*, “progenitor de todos – segundo parece – os Sousas que esquartelaram Portugal-antigo e Leão”<sup>9</sup>. Mas foi sempre prudente, salientando que a sua posição a este respeito devia ser considerada como hipótese, uma vez que a fonte mais antiga para o conhecimento deste esquartelado recuava apenas a 1469: era o túmulo de D. frei Gonçalo de Sousa, comendador-mor da Ordem de Cristo<sup>10</sup>. O autor

<sup>7</sup> AZEVEDO, “Un fameux écartelé...”, p. 30. Sobre o culto da Santa Cruz e a sua transposição para o universo da heráldica, cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo, “«Nem a poder de brancos unicórnios...» Reflexos do ideal de Cruzada e de Reconquista nas armas medievais dos Teixeira”, *Revista Dislivro Histórica*, n.º 1, 2008, pp. 113-130.

<sup>8</sup> AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, “As armas dos Sousas, ditos do Prado”, in *Comunicaciones al XV Congreso Internacional de las Ciencias Genealógica y Heraldica. Madrid 19-26 - IX - 1982*, Madrid, Instituto Salazar y Castro, 1983, tomo III, pp. 521-531, pp. 527-528.

<sup>9</sup> AZEVEDO, “As armas...”, p. 525.

<sup>10</sup> AZEVEDO, “As armas...”, p. 526. Apontou ainda este autor a existência de uma pedra de armas conservada no Museu Regional de Évora e que, pelas suas características estilísticas, considerou anterior, atribuindo-a,

mencionou, por fim, o uso destas mesmas armas por parte de diversos membros da linhagem de finais do século XV em diante, com especial referência a Luís Álvares de Sousa, que mais à frente estudaremos com pormenor.

O marquês de Abrantes, por sua vez, analisou as insígnias primitivas da linhagem dos Sousas, por via do estudo pormenorizado do panteão desta família no claustro do mosteiro de Alcobaça<sup>11</sup>. Chamando a atenção para o carácter excepcional de tal conjunto lapidar para o conhecimento da heráldica da nobreza portuguesa do século XIII, o autor percorreu-o com minúcia, de forma a evidenciar todos os elementos emblemáticos, relacionando-os com os epigráficos e iconográficos. Desta análise, ressaltaram duas ideias principais.

Em primeiro lugar, as pedras dos Sousões apresentam uma profusão de figurações do tema primordial do crescente, entendido como *senal* da família: a mais comum de todas elas é a da caderna, em que se hão-de cristalizar as armas quando se fixarem; mas vêem-se também conjuntos de cinco cadernas em aspa, conjuntos de um crescente com uma estrela, dois crescentes um sobre o outro, e uma intrigante pedra só com três crescentes alinhados em faixa, que o marquês de Abrantes considerou como representação vexilar. Os sinais dos Sousões ora se apresentam contidos dentro de escudos, ora a ornamentar um objecto ou peça de vestuário (caso da sela e da gualdrapa do cavalo), ora simplesmente soltos, por vezes com um valor decorativo notável, como acontece com a caderna incompleta que enquadra a figura do cavaleiro. Concluía o marquês de Abrantes: “será de realçar a profusão com que os crescentes, isolados ou formando caderna, nos surgem. E, perante a vetusticidade destes monumentos, somos forçados a concluir que, efectivamente, as primitivas armas dos «de Sousa» eram realmente formadas a partir de crescentes isolados ou constituindo uma ou mais cadernas”, para chamar a atenção, mais adiante, para a “variedade que, afinal, confirma a liberdade e vitalidade plásticas da nossa heráldica medieval”<sup>12</sup>.

Em segundo lugar, ao verificar a diversidade de contornos dos escudos (que associou à presença de orlas ou bordaduras) e, bem assim, as variações na disposição dos crescentes, o marquês de Abrantes aventou a seguinte hipótese: “Não podemos deixar de crer que aqueles elementos teriam um significado e este seria, naturalmente,

---

como mera possibilidade, ao herói de Aljubarrota. Simas Alves de Azevedo salientou porém a inexistência de qualquer registo documental que permitisse fundamentar tal atribuição.

<sup>11</sup> ABRANTES E FONTES, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de, “Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa - III - A heráldica dos «Sousões» no Claustro do Silêncio, de Alcobaça”, *Armas e Troféus*, V série, tomo I, n.º 1, 2 e 3, 1981, pp. 54-72.

<sup>12</sup> ABRANTES E FONTES, “Apontamentos de Armaria...”, pp. 68 e 72.

o de constituírem «diferenciações»<sup>13</sup>. O autor aproximou então as figurações de Alcobça com as do túmulo do já mencionado Vasco Mendes de Sousa, existente no mosteiro de Pombeiro de Riba de Vizela, o qual apresenta um escudo (hoje liso mas que em tempos teria sido pintado) com o mesmo tipo de orla incisa<sup>14</sup>. Contudo, salientou que a ideia da existência de tais diferenças heráldicas num período tão remoto se situava no “campo das meras conjecturas, improváveis”<sup>15</sup>.

Face à multiplicidade das manifestações heráldicas dos Souses do século XIII, parecia o marquês de Abrantes oscilar, assim, entre duas concepções opostas: por um lado, apontava o carácter espontâneo e a liberdade de representação dos *sinais* que, mais tarde, numa obra de síntese, classificaria de “proto-heráldicos”<sup>16</sup>; por outro, procurava classificar as variações observadas na representação das insígnias como diferenças plenamente heráldicas, isto é, como armas pessoais, destinadas à identificação individual mediante a sua integração numa lógica ou sistema coerente de diferenciação.

Mário Barroca abordou igualmente a heráldica dos Souses no seu inventário da epigrafia medieval portuguesa, ao tratar do mesmo conjunto lapidar de Alcobça. No domínio da heráldica, além de assinalar e descrever as manifestações aí presentes, este autor salientou em particular a importância da lápide sepulcral do conde D. Gonçalo Mendes de Sousa: “Devemos sublinhar que esta representação heráldica deve ser a primeira figuração (pelo menos sobrevivente) de um brasão pertencente à Nobreza portuguesa. Anteriores a ela apenas encontramos representações de armas reais.”<sup>17</sup> Além desta inovação – salientou Barroca –, a inscrição sepulcral do conde D. Gonçalo apresenta ainda outra, não de somenos importância e que se deve associar estreitamente à presença das armas: o facto de, pela primeira vez, “referir *Sousa* como nome de família”<sup>18</sup>.

Já em trabalho da nossa lavra, em edição comemorativa do terceiro centenário do nascimento do 1.º marquês de Pombal, tivemos ensejo de perorar sobre a heráldica dos Carvalhos, assinalando a sua inserção na *família heráldica* das cadernas de crescentes dos Souses. No que diz respeito às armas desta última linhagem, a

<sup>13</sup> ABRANTES E FONTES, “Apontamentos de Armaria...”, p. 69.

<sup>14</sup> O marquês de Abrantes não se referiu à presença de um crescente no pomo da espada figurada na tampa do mesmo túmulo, elemento anteriormente observado por Simas Alves de Azevedo, como dissemos.

<sup>15</sup> ABRANTES E FONTES, “Apontamentos de Armaria...”, p. 71.

<sup>16</sup> ABRANTES, Marquês de, *Introdução ao estudo da heráldica*, Lisboa, ICALP, 1992, pp. 21-30.

<sup>17</sup> BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, s.l., Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000, vol. II, tomo I, p. 803.

<sup>18</sup> BARROCA, *Epigrafia Medieval...*, vol. II, tomo I, p. 803.

nossa abordagem centrou-se então essencialmente na explicação do fenómeno de mimetismo formal e na compreensão dos factores de interpretação lendária que lhe estavam associados e explicavam a assunção e a manutenção de tais sinais<sup>19</sup>.

Posteriormente, ao proceder ao levantamento heráldico do concelho de Fronteira, tivemos oportunidade de traçar, a pretexto da existência de uma moderna pedra com as armas dos duques de Palmela, uma breve resenha genealógica sobre os Sousas e de tecer algumas considerações sobre os respectivos usos heráldicos<sup>20</sup>. No que respeita ao ramo dos Sousas *Chichorros* ou *do Prado* (fig. 1), afirmámos ser “sem dúvida o prestígio da ascendência real de Castela-Leão que determinará a escolha das armas dos *Sousas Chichorros*, calhando nas armas de Leão precisamente porque as de Castela já compunham as do infante D. Afonso, senhor de Portalegre, que usava um esquartelado Portugal Antigo / Castela”.

Quanto às armas dos Sousas *de Arronches* (fig. 2), dissemos que a opção pelo uso da caderna de crescentes residia

“na importância da união de Afonso Dinis, pois D. Maria Pais Ribeira era a chefe de uma linhagem de vetustas tradições e prestígio ímpar (...), [sendo] possível que a recuperação destas primitivas armas pelo ramo dos *Sousas de Arronches* esteja relacionada com [a] representação e chefia do nome, bem como com a herança de parte do seu património”.

Posteriormente, quando estudámos a monumental fonte da praça do Império, em Lisboa, retomámos sucintamente a análise das armas dos Sousas *do Prado* (fig. 1), reafirmando que as mesmas se ligavam à histórica figura do bastardo Martim Afonso, *o Chichorro*. Explicitámos então que

“como membro da Casa Real, ainda que ilegítimo, Martim Afonso podia fazer uso das armas reais portuguesas, mas tinha de as modificar por forma a assinalar que não era o chefe da linhagem. (...) Para diferenciar as suas armas, Martim Afonso escolheu um procedimento usual para esse efeito: recorreu ao esquartelamento (...). Nas armas assumidas por Martim Afonso figuram pois no lugar de honra os quartéis com as quinas (...), conjugados com quartéis em que figura em campo de prata um leão

<sup>19</sup> GALVÃO-TELLES, João Bernardo; SEIXAS, Miguel Metelo de, *Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º Conde de Oeiras, 1.º Marquês de Pombal. Memória genealógica e heráldica nos trezentos anos do seu nascimento (13 de Maio de 1699 – 13 de Maio de 1999)*, Oeiras, Universidade Lusíada / Câmara Municipal de Oeiras, 1999, pp. 55-61.

<sup>20</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo, *Heráldica no concelho de Fronteira*, Fronteira, Universidade Lusíada / Câmara Municipal de Lisboa, 2002, pp. 219-226.



de púrpura. Estas segundas armas provêm também elas da ascendência régia de Martim Afonso, pois sua avó paterna D. Urraca (casada com o rei D. Afonso II de Portugal) provinha das Casas reais de Castela e Leão. Foi às armas falantes deste último reino que Martim Afonso foi buscar os quartéis dos leões das suas armas.”<sup>21</sup>

Temos hoje de reconhecer que esta apreciação – ao afirmarmos que o recurso ao esquartelado para diferenciar armas seria já um *procedimento usual* e ao assumirmos, desde logo, que a composição heráldica dos Sousas *Chichorros* foi usada por Martim Afonso – assentou numa base empírica, sem provas concludentes nesse sentido; assim como foi empírica a dedução de que o leão se reportava à ascendência materna de D. Afonso III.

A observação subsequente da cruz processional de Santo André de Mafra, magnífico exemplar de ourivesaria trecentista que ostenta na sua base seis botões esmaltados de conteúdo heráldico alusivos a Diogo Afonso de Sousa e a D. Violante Pacheco, sua mulher, permitiu, por sua vez, uma abordagem mais aprofundada do tema<sup>22</sup>. Desde logo, foi a partir desta reflexão que questionámos se o uso de uma partição heráldica aparentemente tão comum – o esquartelado – já o seria no século XIV, apontando, com base em Faustino Menéndez Pidal de Navascués<sup>23</sup>, que a difusão deste modelo resultou, por imitação e moda, do esquartelado das armas reais de Castela e Leão adoptado em 1230 pelo rei Fernando III. E no que respeita, em particular, à formação do conjunto heráldico dos Sousas *de Arronches*, presente num dos botões esmaltados, apontámos que

“o esquartelado assumido por D. Diogo Afonso de Sousa representava pois a união, *na sua pessoa*, de um ramo ilegítimo da Casa Real com a mais antiga e gloriosa linhagem de Portugal”.

Nesta figuração das armas de Diogo Afonso verificámos, porém, que os esmaltes dos quartéis com as quinas se apresentavam na ordem contrária, ou seja, com o campo de azul e os escudetes de prata (fig. 4). Esta inversão foi também observada no botão heráldico referente ao pai daquele prócere, o bastardo régio Afonso

<sup>21</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo, (Coordenação), *Peregrinações Heráldicas Oisiponenses. A freguesia de Santa Maria de Belém*, Lisboa, Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém / Universidade Lusíada de Lisboa, 2005, pp. 258-260.

<sup>22</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de, “Contributo para o estudo do sistema de diferenças da Casa Real portuguesa: os botões esmaltados armoriados da cruz processional de Santo André de Mafra”, *Tabardo*, n.º 3, 2006, pp. 29-54.

<sup>23</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino, *Heráldica Medieval Española - I - La Casa Real de Leon y Castilla*, Madrid, Hidalguía, 1982, pp. 88-91.

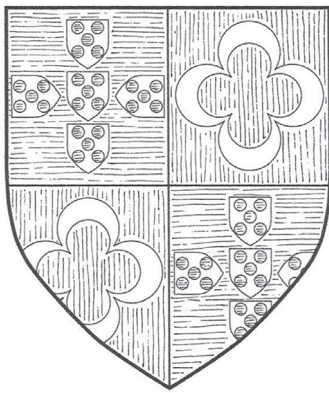


Fig. 4 - Armas de Diogo Afonso de Sousa.

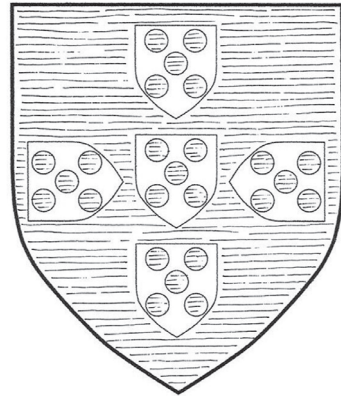


Fig. 5 - Armas de Afonso Dinis, filho bastardo de D. Afonso III.

Dinis (fig. 5), o que nos levou a pôr em causa o uso tradicionalmente atribuído das armas ditas de Portugal-Antigo (de prata, cinco escudetes de azul em cruz, cada escudete carregado de besantes do campo) (fig. 6) a todos os filhos ilegítimos dos reis de Portugal durante a primeira dinastia. Para sustentar a inviabilidade desta tese, estabelecemos um quadro comparativo das armas usadas pelos filhos legítimos e ilegítimos de D. Afonso III, a partir do qual pudemos concluir que era então hábito, na Casa Real portuguesa, todos os seus membros diferenciarem as suas insígnias mediante, por um lado, “a recuperação do elemento fundamental das armas de Portugal, as *quinas*, embora não necessariamente na sua disposição em cruz, nem, segundo tudo indicia, nos seus esmaltes originais”; e, por outro, o recurso a um de vários estratagemas heráldicos: a combinação de armas em esquartelado; o acrescentamento de uma bordadura; a disposição das figuras tradicionais numa partição nova, como o palado; ou, finalmente, a combinação de armas em franchado. Esta análise possibilitou, por conseguinte, perceber a existência de um sistema de diferenciação das armas da primeira dinastia real portuguesa (abrangendo membros legítimos e bastardos), no qual as insígnias dos Sousas *de Arronches* se inseriram. Adiante, retomaremos com mais pormenor esta abordagem.

Mais recentemente, Alexandra Pelúcia, na sua obra sobre Martim Afonso de Sousa, fidalgo do ramo dos Sousas *Chichorros* que, no século XVI, desempenhou papel importante na consolidação do império ultramarino, abordou também a questão da heráldica ostentada por este ramo da linhagem<sup>24</sup>. Fê-lo, aliás, num contexto de

<sup>24</sup> PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajetórias de uma elite no império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2009.

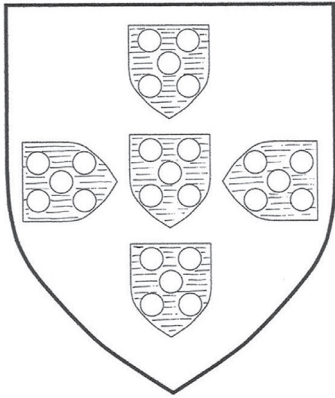


Fig. 6 - Armas de Portugal-Antigo.

análise da própria identidade desta estirpe e da sua afirmação, em particular perante os parentes Sosas *de Arronches*, na sequência do desmembramento da primitiva casa de Sousa, no tempo do rei D. Dinis. Neste sentido, salientou a autora que “na primeira metade do século XIV, mais do que uma simples revivificação da linhagem ancestral, estava em curso um processo de composição e interiorização de uma identidade renovada”<sup>25</sup>. Ora, tal processo operou-se, segundo Alexandra Pelúcia, não apenas através da referência ao ilustre passado da primeira estirpe portugalense, mas também pelo evidenciar do seu

vínculo de sangue com as Casas Reais portuguesa e castelhano-leonesa, neste último caso em nítida distinção face ao referido ramo rival. A valorização desta segunda ligação decorria, no entender da autora, do casamento, em 1341, de Vasco Martins de Sousa com D. Inês Dias Manuel (bisneta paterna, por via bastarda, do rei Fernando III de Castela<sup>26</sup>), matrimónio do qual nasceu Martim Afonso de Sousa, chamado *o da Batalha Real* pela sua intervenção no campo de Aljubarrota, ao lado de D. João I de Portugal.

Sigamos, então, o quadro em que Alexandra Pelúcia retratou a construção da memória linhagística destes Sosas *Chichorros*, em especial no que respeita às suas opções heráldicas. Martim Afonso de Sousa, *o da Batalha Real*, funcionou como o herói de referência para a refundação da linhagem<sup>27</sup>. O seu nome é ele próprio deveras significativo, em dois sentidos: correspondeu, por um lado, a uma estratégia de fixação de antropónimos, com a recorrência da conjugação *Martim Afonso* a prestar nítida alusão ao bastardo régio de D. Afonso III, abandonando desta maneira o seu valor original de patronímico; representou, por outro, a cristalização do apelido *de Sousa* como nome de referência da linhagem (apenas um ramo colateral continuou a fazer uso da alcunha de *Chichorro*, mas sempre em conjugação com *Sousa*). A mesma autora apontou de seguida a circunstância da escolha das armas deste ramo dos Sosas, o esquartelado de Portugal-Antigo e Leão, parecendo associá-la, embora não explicitamente, ao combatente de Aljubarrota:

<sup>25</sup> PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 49.

<sup>26</sup> SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de, “A família de Martim Afonso de Sousa «o da Batalha Real»”, *Armas e Troféus*, II série, tomo VI, n.º 3, Out.-Dez. 1965, pp. 366-367.

<sup>27</sup> PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 40.

“Reflexo adicional da especificidade e da coesão do grupo, que se teriam manifestado mais ostensivamente desde os meados de Trezentos e encontrado uma primeira figura de eleição em Martim Afonso de Sousa, *o da Batalha Real*, correspondeu ao esquartelamento do brasão de armas dos Sousas Chichorro.”<sup>28</sup>

Não obstante tal aproximação, Alexandra Pelúcia ressaltou declaradamente o desconhecimento quanto ao momento de adoção desse esquartelado dos Sousas *Chichorros*. Em contrapartida, apresentou como incontroversa a mensagem nele contida:

“enquanto os homónimos de Arronches incorporaram na sua representação a caderna de crescentes de prata, marca de referência dos Sousas ancestrais, conjugando-as [sic] com as armas reais portuguesas, os Chichorros elegeram como símbolos próprios as quinas, de modo a propalar a descendência da dinastia Afonsina, associando-as ao leão dos Manuéis castelhanos, que estabelecia conexão com a Casa Real do país vizinho, num pleno aproveitamento do «dote» trazido por D. Inês Dias Manuel a Vasco Martins de Sousa e transmitido à progénie de ambos. [...] Enfim, afirmavam-se fiéis depositários do apelido Sousa, mas, tão ou mais relevante, descendentes e parentes de reis, não por única, mas por dupla linha.”<sup>29</sup>

Desta forma, o esquartelado de Portugal-Antigo e Leão permitia que estes Sousas *Chichorros* comungassem da “valiosa ideologia de realeza”, remetendo-os para o tempo mítico da formação do próprio reino no esforço da Reconquista peninsular.

Não obstante a prosápia desta linhagem, Alexandra Pelúcia registou o seu relativo apagamento heráldico, quando comparada com o ramo dos Sousas *de Arronches*, pelo menos no que diz respeito à sua exclusão dos armoriais da transição da Idade Média para a Moderna. Baseando-se em Braamcamp Freire, com efeito, a autora verificou que as armas dos Sousas *Chichorros* estão ausentes de três grandes códices iluminados desta época (o *Livro Antigo dos Reis d’Armas*, o *Livro do Armeiro-Mor* e o *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas*), bem como do tecto da sala dos brasões do paço de Sintra<sup>30</sup>. Destacou também que, à falta da heráldica dos Sousas

<sup>28</sup> PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 41.

<sup>29</sup> PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 41.

<sup>30</sup> PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 42. As referências de Braamcamp Freire constam da listagem geral que este autor fez das armas patentes no tecto da sala de Sintra, e depois do capítulo que dedicou especificamente à família Sousa. Cfr. FREIRE, *Brasões ...*, vol. I, respectivamente pp. 32-39 e 201-298; SEIXAS, Miguel Metelo de, “A sala dos brasões do paço real de Sintra: pistas para o seu estudo e compreensão”, no prelo. Para um

*Chichorros*, se contrapôs, nos citados armoriais, o relevo dado às insígnias dos Sousas *de Arronches* (fig. 2); o que, para a investigadora, expressa inequivocamente a emulação existente entre os dois ramos da família: “A chave do problema remontava ao último quartel do século XIII, à rivalidade entre as famílias nucleares das irmãs D. Maria e D. Constança Mendes de Sousa”<sup>31</sup>. Nos armoriais manuelinos, o ramo *de Arronches* parece deter a chefia da linhagem, embora o não seja em termos meramente genealógicos (com a ressalva de que se aplica um critério possivelmente anacrónico), uma vez que D. Maria era a mais velha das duas irmãs. De qualquer modo, Alexandra Pelúcia registou uma anedota consignada pelo cronista de Ásia, bem expressiva da rivalidade que, ainda na primeira metade do século XVI, ecoava pela Índia entre os dois ramos pela chefia da Casa, concluindo:

“Não custa admitir que as discussões travadas na Índia eram reflexo de um debate semelhante, mais largo e antigo, que encontrava a sua principal arena de expressão dentro das fronteiras do Reino”<sup>32</sup>.

Evidenciada a ausência das armas dos Sousas *Chichorros* nas referidas fontes, a autora indicou, todavia, que subsistem ou há notícia de diversas manifestações dessas insígnias que estariam patentes no reino: na sepultura de Luís Álvares de Sousa na capela de Santo António da igreja de São Francisco, no Porto, datada de 1474; na de João de Sousa, falecido em 1515 e sepultado na igreja de Ferreira do Alentejo; e na de Gonçalo de Sousa, *o Lavrador*, sepultado na igreja do Espinheiro, perto de Évora, em 1516<sup>33</sup>. Alexandra Pelúcia mencionou ainda, mas sem lhe dedicar atenção por se tratar de um ramo afastado do tronco da linhagem, a mais antiga representação heráldica conhecida dos Sousas *Chichorros*<sup>34</sup>: a da já citada sepultura do homónimo D. frei Gonçalo de Sousa, comendador-mor da Ordem de Cristo, chanceler e alferes-mor do infante D. Henrique, datada de 1469, proveniente da capela de São Jorge no convento de Tomar e hoje conservada no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa<sup>35</sup>. Mesmo sem apresentar elementos heráldicos, o túmulo de D. João de Sousa,

---

estado da questão do arrolamento e estudo dos demais armoriais portugueses coevos, veja-se SEIXAS, Miguel Metelo de, “As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses: razões de uma ausência”, *Ler História*, n.º 58, 2010, pp. 155-179.

<sup>31</sup> PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 42.

<sup>32</sup> PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 43.

<sup>33</sup> Cfr. FREIRE Anselmo Braamcamp, *As sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 20.

<sup>34</sup> PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 43.

<sup>35</sup> Cfr. BARROCA, Mário Jorge, “Epigrafia medieval”, in ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela, *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 375-376. Recorde-se que já Simas Alves de Azevedo assinalara este como o exemplar mais remoto das armas dos Sousas *Chichorros*. Registamos, também, a presença das armas dos Sousas *Chichorros* no solar dos Cogominhos, em Évora (hoje Albergaria Solar de Monfalim), que Túlio Espanca associou

falecido em 1513 e enterrado na capela de Ceia do convento de São Francisco, na referida cidade de Évora, alude expressamente ao parentesco (aliás incorrecto) de Martim Afonso de Sousa, *o da Batalha Real*, avô do sepultado, como primo do rei D. Fernando<sup>36</sup>.

A referida autora destacou ainda que a valorização do vínculo genealógico às famílias reais portuguesa e castelhano-leonesa por parte dos Sousas *Chichorros* perpassou pelas quadras heráldicas de João Rodrigues de Sá e Meneses, aliás parente próximo, por afinidade, daquela estirpe. Nestas composições, com efeito, ao tratar dos Sousas, o trovador mencionou apenas o ramo *Chichorro*:

“De duas armas rreaes,  
Com quynas, & cõ lyões,  
Souzas fazem quarteirões,  
Por serem fylhos carnaes,  
De dous rreys por soções.  
Dum que teue tal valor  
Que foy par demperador,  
Doutro em Portugal seu par,  
O prymeyro no rreynar  
Prymeyro conquistador.”<sup>37</sup>

A argumentação de Alexandra Pelúcia sobre o significado das armas deste ramo dos Sousas enquanto representação de uma identidade linhagística que privilegiava a sua dupla origem régia assentou numa erudição assinalável e num inquestionável domínio da mentalidade coeva. Bem como no conhecimento actualizado das problemáticas e dos desafios da história social em cruzamento com outras disciplinas, nomeadamente a etnologia e a antropologia. Contudo, cremos que a autora não explorou até ao fim as fontes heráldicas disponíveis, e parece-nos

---

à figura de um outro D. Gonçalo de Sousa, detentor do edifício em meados do século XVI. Parece-nos, no entanto, que essa pedra de armas, na ausência de elementos documentais e visto a sua configuração estilística, poderá ser anterior. Vd. ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966, tomo VII, vol. 1, p. 191; vol. 2, fotografia II, est. CCCLXII-4.

<sup>36</sup> A autora citou ainda outros túmulos importantes, igualmente não armoriados, como o de Martim Afonso Chichorro I no mosteiro de Santa Clara de Santarém, e o de Rui de Sousa na capela de Nossa Senhora do Rosário, na igreja dos Lóios, também em Évora.

<sup>37</sup> SÁ, João Rodrigues de, “Coplas declarando alguns escudos de armas de algumas linhagens de Portugal, que sabia donde vinham”, *apud* SÃO PAYO, Conde de (D. António), *Cancioneiro d’Armoria*, Lisboa, s.n., 1929, p. 36. Dom João Ribeiro Gayo, bispo de Malaca, seguiu o exemplo do seu antecessor e, nas suas trovas heráldicas escritas na segunda metade do século XVI, intituladas “Templo da Honra de Portugal”, apenas registou as armas dos Sousas *Chichorros*, em termos semelhantes: “Dous escudos venerados / de Portugal e Leão / ao travez esquarrelados / armas dos Souzas são / mui dignos de seus passados”. SÃO PAYO, *Cancioneiro...*, p. 62.

que estas podem conduzir a análise das armas dos Sosas *Chichorros* numa direcção um pouco diferente.

Apesar de ignorar a data de formação do respectivo esquartelado, Alexandra Pelúcia baseou a construção do seu raciocínio no pressuposto de que a composição heráldica daquele ramo dos Sosas se teria formado na geração de Martim Afonso de Sousa, *o da Batalha Real*, espelhando assim a sua ascendência paterna (as quinas) e materna (o leão). A questão que se nos afigura crucial colocar neste momento é, por conseguinte, a de saber se a presença dos quartéis do leão nas armas dos Sosas *Chichorros* se reportará efectivamente à ascendência castelhano-leonesa daquele prócere por via dos Manuéis.

Para tentarmos responder a esta indagação, torna-se relevante perceber se é

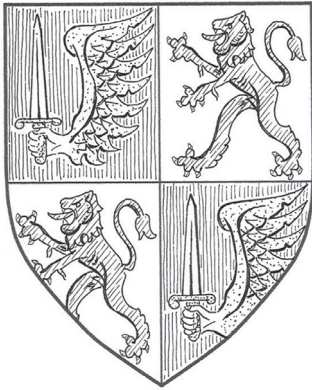


Fig. 7 - Armas do infante D. Manuel, filho de D. Fernando III de Castela-Leão, depois armas dos Manuéis.

possível referir a existência de um “leão dos Manuéis castelhanos”, como o designou a mesma autora. De que forma – podemos então perguntar – se constituiu e transmitiu em Portugal a memória heráldica da linhagem dos Manuéis?

As suas insígnias tiveram origem no infante D. Manuel, filho de Fernando III de Castela e Leão, que adoptou as seguintes armas: esquartelado, I e IV de vermelho, uma mão alada de ouro empunhando uma espada de prata; II e III de prata, um leão de púrpura (fig. 7). Tal composição repetia a partição do escudo inaugurada pelo progenitor, evidenciando a importância do fenómeno de mimetismo formal tão característico da heráldica desta época. Fazendo eco

e confirmando o carácter voluntário da imitação, D. João Manuel, filho do fundador deste ramo da Casa Real castelhano-leonesa, escreveu uma obra em que tratou de explicar a origem das suas armas, salientando declaradamente o paralelismo com o esquartelado régio: “Et así son las nuestras armas alas e leones en cuarterones, como son las armas de los reyes castiellos et leones en cuarterones”<sup>38</sup>. Como assinalou Menéndez Pidal, a diferença escolhida para as armas do infante D. Manuel deve situar-se na sequência das de seu irmão mais velho, D. Henrique (o qual conservou intactos os quartéis de Castela e trocou de figura nos de Leão,

<sup>38</sup> *Tractado que fizo don Juan Manuel sobre las armas que fueron dadas a su padre el infante don Manuel, apud MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Heráldica Medieval...*, p. 99.

substituindo o animal homónimo por uma cruz, mas mantendo os esmaltes originais), consistindo pois numa espécie de diferença *subordinada*. A introdução da mão alada como móvel principal das armas de D. Manuel, em lugar do castelo, constituiu uma escolha inédita na heráldica castelhana coeva. A explicação da origem desta figura não é linear: D. João Manuel forneceu a este respeito algumas alusões alegóricas<sup>39</sup> que Menéndez Pidal apontou como precoces para o quadro mental da época e ao gosto das relações simbólicas que depois haveriam de se tornar procedimento comum nos tratados heráldicos; mais tarde, quis ver-se na mão alada um hieróglifo, alusivo ao nome do infante e da estirpe dele descendente (*mano-ala*, em castelhano, ou *manu-aile*, em francês); e ainda se pretendeu, a partir da associação que D. João Manuel já estabelecera no seu tratado, descortinar na mão alada uma referência à dinastia dos Ângelos, imperadores bizantinos ascendentes maternos do infante filho de Fernando III, em homenagem aos quais se escolhera comprovadamente o nome de Manuel, então inusitado na Península Ibérica, como declarava, embora com prudência, Gonzalo Argote de Molina no final do século XVI:

“Por la buena memoria del qual [Emperador Manuel Ángel] parece, aver vsado el Infante don Manuel deste nombre. [...] Y juntamente parece, que confirma esto, aver vsado por Armas de vna Ala dorada, y mano de Angel com vna espada desnuda en campo roxo. La mano del Angel por alusion del apellido de Angelo, vsado en el linage de sus abuelos.”<sup>40</sup>

Esta última hipótese apresenta-se como verosímil, quer pelo prestígio da águia bicéfala bizantina, quer pela combinação com o nome próprio, e depois de família, que reenviava para a mesma procedência genealógica imperial; isto sem desprimor da explicação simbólica abstracta ou do jogo de palavras, que podem perfeitamente ter vindo sobrepor-se à alusão inicial. Seja qual for a sua origem e significado, o esquartelado do leão com a mão alada tornou-se na insígnia exclusiva dos membros da linhagem dos Manuéis nos seus diversos ramos peninsulares. Conforme era hábito na época, os vários membros da estirpe usaram armas idênticas, como forma de salientar a sua pertença a uma mesma estrutura cognática de parentesco: “La larga descendencia del infante prosiguió sus armas en Castilla, Portugal y Aragón, ya sin nuevas diferencias, según uso constante de entonces”<sup>41</sup>.

<sup>39</sup> Assim, a espada significaria fortaleza, justiça, cruz, e a asa aludiria ao anjo que teria vaticinado o sucesso da linhagem na vingança da morte de Cristo.

<sup>40</sup> ARGOTE DE MOLINA, Gonzalo, *Nobleza del Andalucía* (coordinación Jesús Paniagua Pérez; introducción Margarita Torres Sevilla-Quinones de León), León, Universidad de León, 2004, fls. 189-189v (1.ª edição de 1588).

<sup>41</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, *Heráldica Medieval...*, p. 101.



O sinal distintivo e exclusivo da linhagem dos Manuéis foi, assim, a mão alada, ao passo que o leão era partilhado por vários outros ramos da Casa Real castelhana-leonesa. Podemos verificar, aliás, que os descendentes portugueses daquela estirpe recorreram *sempre* à figuração da mão alada, como o demonstram todas as suas manifestações heráldicas conhecidas: os selos de D. Isabel Afonso, filha do infante D. Afonso, senhor de Portalegre e irmão do rei D. Dinis, e de D. Violante Manuel (por sua vez filha do mencionado infante D. Manuel, fundador da linhagem homónima)<sup>42</sup>; o túmulo da designada *infantinha*, no deambulatório da sé de Lisboa, que se presume ser D. Constança Afonso, irmã da anterior D. Isabel Afonso<sup>43</sup>; o selo da rainha D. Constança Manuel, mulher de D. Pedro I<sup>44</sup>; e o túmulo do rei D. Fernando I, filho destes, actualmente observável no Museu do Carmo, em Lisboa<sup>45</sup>. Mais

<sup>42</sup> O marquês de Abrantes estudou este selo, datado de 1324, de que publicou uma fotografia, descrevendo o seu conteúdo heráldico do seguinte modo: “um quadrado-lobado carregado com um escudo de tipo peninsular em que se contém dois lobos passantes e sotopostos. Nos lóbulos verticais, colocam-se castelos e, nos horizontais, os cinco escudetes bezantados e apontados em cruz das armas ditas de Portugal-Antigo. Quanto às reentrâncias do quadrado-lobado, essas, encontram-se preenchidas alternadamente por castelos e leões.” ABRANTES, D. Luiz de Lancastre e Távora, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa. I. Panorama dos estudos sigilográficos no nosso País e normas para a sua sistematização. II. Esboço de um Corpus Esfragístico Medieval Português*, Lisboa, ICALP, 1983, p. 265. A análise da fotografia permite-nos, contudo, divergir da descrição deste autor, pois as referidas reentrâncias parecem-nos sem dúvida preenchidas alternadamente com uma mão alada e um leão, reenviando assim, por inteiro, para os *sinais* da estirpe materna da tumulada: a linhagem dos Manuéis. O marquês de Abrantes pode ter sido induzido em erro, na sua observação do selo, pela gravura publicada por D. António Caetano de Sousa, em que efectivamente aparecem dois castelos em vez das mãos. Cfr. SOUSA, D. António Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos, e Escritores de inviolavel fé, e offerecida a elRey D. João V. Nosso Senhor*, Lisboa, Na Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1738, tomo IV, extra-texto G, estampa XXI. Na expectativa de poder tirar a dúvida, fomos tentar observar o selo, que não se encontra na cota indicada pelo marquês de Abrantes, mas sim em ANTT, *Colecção Especial*, Cx. 72, m. 25, n.º 1, conforme eficiente pesquisa de Joana Braga e Odete Santos, a quem agradecemos. A observação directa confirmou a presença das mãos aladas empunhando espadas, nos quadrantes superior dextro e inferior sinistro.

<sup>43</sup> Para um estado da questão da identificação da tumulada, cfr. FERNANDES, Carla Varela, *Memórias de Pedra. Escultura tumular medieval da sé de Lisboa*, Lisboa, IPPAR, 2001, pp. 61-72. Esta autora seguiu, no domínio heráldico, as conclusões do marquês de Abrantes. As insígnias dos Manuéis encontram-se amplamente representadas neste sarcófago, em conjugação com as armas reais portuguesas (tal como acontece no túmulo do rei D. Fernando); além de oito escudos alternados nas quatro faces da arca, o exemplar da sé de Lisboa, datável da primeira metade do século XIV, traz ainda mais dois representados no almofadão sobre o qual assenta a cabeça da jacente: à dextra as armas de Portugal, à sinistra as de Manuel.

<sup>44</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino, “Algunos Monumentos Heráldicos portugueses en España”, *Armas e Troféus*, II série, tomo IV, n.º 1, 1963, pp. 34-43, p. 40; e MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, *Heráldica Medieval...*, p. 101. O centro do selo quadrilobado, com data de 1346, é ocupado por um escudo com as armas reais portuguesas, ao redor do qual se distribuem dois escudetes de Aragão nas ilhargas, uma mão alada no lóbulo superior e um leão no inferior.

<sup>45</sup> Ver, por todos, FERNANDES, Carla Varela, *A Imagem de um Rei. A análise do túmulo de D. Fernando I*, Lisboa, Museu Arqueológico do Carmo, 2009. A heráldica dos Manuéis está amplamente representada no túmulo deste monarca, já que a respectiva tampa apresenta quatro escudos das armas reais portuguesas em cada um dos frontais e mais um em cada facial, a que correspondem outros tantos na arca, com idêntica disposição, com as armas daquela estirpe castelhana-leonesa. O túmulo deste rei, datável de 1378-1381, esteve originalmente colocado na igreja de São Francisco de Santarém, de onde transitou, no século XIX, para o Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, onde actualmente se encontra. Conforme apontou Carla Varela Fernandes, a valorização da rainha D. Constança Manuel por parte do seu filho não se traduzia apenas na relevância plástica da figuração

significativo se mostra, porém, o escudo de armas que adorna o duplo arco da capela de Santo António, na igreja de São Francisco do Porto, instituída pelo já mencionado Luís Álvares de Sousa. Vejamos porquê.

Neste magnífico trabalho heráldico observa-se a presença do esquartelado de Portugal-Antigo e da mão alada, completado por uma bordadura de castelos que circunda todos os quartéis. Em redor do escudo, por sua vez, figura uma ampla caderna de crescentes, elemento que se repete nas arquivoltas e nos colunelos do arco. Tais armas (fig. 8), por serem inquestionavelmente complexas, causaram já estranheza a alguns estudiosos.

O primeiro a debruçar-se sobre as mesmas terá sido Armando de Mattos, que arrolou a manifestação em *As pedras-de-armas do Porto*<sup>46</sup>, procedendo apressadamente à sua identificação como Sosas *de Arronches* por causa da presença da caderna de crescentes que envolve o escudo. Este erro foi corrigido por Carlos da Silva Lopes, que apontou o facto indubitável de Luís Álvares de Sousa pertencer aos Sosas *Chichorros*, advogando também que a pedra apresentava as armas simplificadas quer deste mesmo ramo dos Sosas, quer dos Manuéis, em ambos os casos com omissão dos quartéis do leão<sup>47</sup>. Semelhante entendimento foi

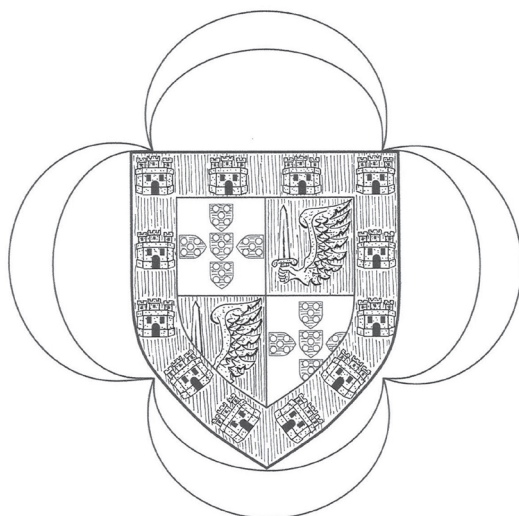


Fig. 8 - Armas de Luís Álvares de Sousa.

das armas dos Manuéis no túmulo de D. Fernando. Na verdade, tal relação preferencial determinou a própria escolha do lugar de tumulação em Santarém: o rei seguiu o exemplo de sua mãe, que já se encontrava sepultada no convento de São Domingos; mais ainda, decidiu transferir o túmulo materno para o espaço sepulcral autónomo, comumente designado de coro alto, que mandou erigir para si próprio na igreja de São Francisco da mesma vila. Deste modo, os túmulos de D. Constança Manuel e do seu régio filho partilhavam, por vontade deste, o mesmo espaço sagrado. Existe no Museu Municipal de Santarém a face mutilada de uma arca tumular proveniente do convento de São Domingos, decorada com escudos de armas dos Manuéis; faz sentido que se trate do primitivo túmulo da mãe do rei D. Fernando. Cfr. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Santarém*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, vol. III, p. 70 e estampa CXIV.

<sup>46</sup> MATTOS, Armando de, *As pedras de armas do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1953, n.ºs CII e CXL.

<sup>47</sup> LOPES, Carlos da Silva, "A capela sepulcral de Luís Álvares de Sousa na igreja de S. Francisco do Porto", *Armas e Troféus*, II série, tomo VI, n.º 2, Abr.-Jun. 1965, pp. 137-147.

laconicamente expresso por Luiz de Mello Vaz de São Payo, que, referindo-se ao mesmo monumento, declarou que “as armas são as dos Sousas e dos Manuéis, as que de certo [Luís Álvares de Sousa] usara em vida”<sup>48</sup>. Em artigo mais recente, Francisco de Simas Alves de Azevedo – antecipando o entendimento propalado por Alexandra Pelúcia –, e a pretexto da mesma pedra de Luís Álvares, afirmou peremptoriamente:

“Argumento de que o leão dos Sousas do Prado é o do reino de Leão, *via armas dos Manuéis*, creio que o oferece uma outra pedra de armas, não menos interessante heráldicamente, e valiosa artisticamente, existente ainda no seu lugar originário.”<sup>49</sup>

O autor apontou que os Sousas *Chichorros*, nas suas armas, aludiam à sua origem na Casa Real de Castela-Leão através da sua antepassada D. Inês Dias Manuel; e se o ramo primogénito optara por fazê-lo recorrendo ao leão, já Luís Álvares – que descendia por linha materna e secundogénita dos Sousas *Chichorros* – diferenciou as suas armas substituindo aquele animal pela mão alada.

Em boa verdade, no lereiro que acompanha as suas armas, Luís Álvares aludiu de forma clara às linhagens de que se orgulhava de proceder: a dos Sousas (em consonância com o nome que ele próprio ostentava), a da dinastia régia portuguesa<sup>50</sup> e a dos Manuéis. Verifica-se, pois, existir uma total coincidência entre as insígnias figuradas no emblema heráldico e as famílias invocadas na respectiva epígrafe, circunstância que o sepultado acentuou ao concluir a evocação genealógica da sua ascendência com a expressão “donde lhe pertencem estas armas”<sup>51</sup>. Devemos salientar que, no caso dos Manuéis, Luís Álvares de Sousa mencionou expressamente a sua bisavó “D. Ignez filha de D. João Manoel irmã da infante D. Constance madre d’elrei D. Fernando”, verificando-se, assim, uma associação directa desta linhagem com o uso da mão alada, como de resto vimos suceder em todos os demais casos acima aludidos. Parece-nos, por conseguinte, que a representação deste móvel heráldico sempre quis significar, tão-somente, a estirpe dos Manuéis, *ponto final*, não se nos afigurando possível extrapolar a sua presença para uma associação indirecta à Casa Real de Leão, via aquela linhagem, pois nenhuma fonte disponível nos sugere tal significado. Em

<sup>48</sup> SÃO PAYO, “A família...”, *Armas e Troféus*, II série, tomo VI, n.º 3, Out.-Dez. 1965, pp. 365-383, tomo VII, n.º 1, Jan.-Mar. 1966, pp. 135-153, n.º 2, Abr.-Ago. 1966, pp. 194-213, e n.º 3, Out.-Dez. 1966, pp. 295-316, pp. 366-367, p. 142.

<sup>49</sup> AZEVEDO, “As armas...”, pp. 527-528.

<sup>50</sup> No caso da linhagem régia, além da figuração do Portugal-Antigo, verifica-se ainda a presença de alguns elementos que aproximam a heráldica de Luís Álvares de Sousa dos usos costumeiros da Casa Real Portuguesa: o anjo tenente do escudo; a colocação do elmo de frente; e a introdução da bordadura de castelos em redor de todo o esquartelado.

<sup>51</sup> LOPES, “A capela sepulcral...”, p. 139.

conclusão, julgamos ser inviável referir-se um “leão dos Manuéis castelhanos”; o que existe é a mão alada dos Manuéis castelhanos, depois também difundida em Portugal.

Tal asserção abre caminho para outra procura: se admitirmos que o esquartelado de Portugal-Antigo e Leão já era usado no tempo de Martim Afonso de Sousa, *o da Batalha Real*, nada impede, a nosso ver, que tal composição existisse antes; assim sendo, poderá a presença do leão nas armas dos Sousas *Chichorros* aludir à Casa Real castelhano-leonesa por outra via que não a dos Manuéis?

É inevitável termos de admitir que os ascendentes de Martim Afonso de Sousa, *o da Batalha Real*, fizeram uso de armas próprias. E esta evidência será tão mais verdadeira se chegarmos à geração de Martim Afonso, *o Chichorro*, filho natural do *Bolonhês*. A heráldica, com efeito, era então um elemento indispensável na representação social de alguém com semelhante estatuto, que não podia deixar de a ostentar nas mais diversas circunstâncias da sua vida: no selo que constituiria a prova da sua personalidade jurídica; no equipamento bélico que o identificaria na hoste régia e em combate; no monumento fúnebre que trataria de transmitir à posteridade a sua imagem e memória; além de outros espaços e objectos em que a heráldica serviria como forma de afirmação e posse. Quando não de construção de uma identidade social quer do indivíduo, quer da linhagem.

Simas Alves de Azevedo, a respeito das armas eventualmente ostentadas pelos primeiros membros da linhagem dos Sousas *Chichorros*, afirmou:

“Julgo lícito presumir, *tendo em vista os costumes heráldicos da família real portuguesa*, anteriormente ao século XIV, que os citados Martim Afonso Chichorro, Martim Afonso de Sousa Chichorro e Vasco Martins de Sousa tenham usado as armas do rei de Portugal, apenas tendo como diferença a supressão da bordadura de castelos.”<sup>52</sup>

A suposição deste autor enquadrou-se no entendimento propalado por vários heraldistas, desde o século XVII, de que os bastardos régios da primeira dinastia portuguesa teriam feito uso das armas de Portugal-Antigo (fig. 6) como forma de assinalar a sua origem ilegítima. Dando voz a esta teoria, com efeito, Armando de Mattos, em meados do século XX, asseverara que

“Em tôdas as armas das famílias que se destroncaram por bastardia da casa real portuguesa, se mantêm as *quinas* gloriosas de Portugal, ao contrário, bem curiosamente, daqueles ramos colaterais, cujo desenvolvimento foi legítimo. (...) Assim, vemos que, até ao fim do século XV, foi apanágio

<sup>52</sup> AZEVEDO, “As armas...”, p. 525.

dos bastardos, o quartel de Portugal-antigo, como hoje se lhe chama, que era o escudo das armas nacionais sem a bordadura dos castelos que D. Afonso III trazia em suas armas como diferença de filho segundo. Esta fase, divide-se, porém, em duas. A primeira, até D. João I; a segunda, prolonga-se a D. João II. O que as caracteriza é o seguinte: na primeira, o quartel de Portugal-antigo, aparece sempre sem alteração, sòzinho ou esquartelado nalgum composto; na segunda, embora se mantenham as suas peças, já têm um arrumo diverso, tendo perdido, um pouco, o seu aspecto inicial bem inconfundível<sup>53</sup>.

Ora, já no início do presente texto, quando nos referimos aos botões esmaltados da cruz processional de Santo André de Mafra, tivemos oportunidade de afirmar que tal tese, a nosso ver, se encontra actualmente afastada. Para uma melhor compreensão do que então aventámos, recentremos a nossa análise, com mais pormenor, nas gerações subsequentes a D. Afonso III, tanto mais que elas também correspondem à formação do ramo específico dos Sousas *Chichorros*, procurando descortinar o que se conhece sobre os usos heráldicos de toda essa descendência régia.



Fig. 9 - Armas reais ou de Portugal-Moderno.

Na geração dos filhos daquele monarca, D. Dinis, herdeiro do trono, sucedeu nas armas reais que seu pai havia adoptado, ou seja, no conjunto formado pelas quinas e pela bordadura de castelos (fig. 9). No que respeita aos demais filhos legítimos e ilegítimos do *Bolonhês*, encontramos os seguintes usos heráldicos:

- A adopção das armas de Portugal-Antigo nos casos de D. Urraca Afonso, inumada em São João de Tarouca, em cuja tampa de sepulcro é possível observar um escudo com cinco quinas; no de D. Branca, que nos seus selos ostentou as armas de Portugal-Antigo rodeadas dos sinais da sua ascendência régia castelhana-leonesa, sem que houvesse contudo fusão destas insígnias num mesmo escudo<sup>54</sup>;

<sup>53</sup> MATOS, Armando de, *A Heráldica dos Bastardos Reais Portugueses*, Porto, F. Machado & C.ª. Lda., 1940, pp. 11-12.

<sup>54</sup> Conforme duas modalidades do seu selo, datado de 1312, publicadas por Faustino Menéndez Pidal e pelo marquês de Abrantes: ao centro, Portugal-Antigo, em redor, formando como que uma bordadura componada, reservas em que se alternam castelos e leões. MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, "Algunos Monumentos...", pp. 38-40; ABRANTES, *O Estudo da Sigilografia...*, p. 234. No túmulo da infanta, conservado no mosteiro de Las Huelgas de Burgos, os sinais linhagísticos revelam-se ligeiramente diferentes, na medida em que as faces do sarcófago se apresentam inteiramente recobertas por escudos de Portugal-Moderno e Castela-Leão, alternados e configurando um reticulado de nítida inspiração na arte mudéjar. Cfr. MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, "Algunos

e no do túmulo originalmente sito na igreja de Santa Clara de Santarém e hoje conservado no Museu Municipal desta cidade, atribuído a Martim Afonso *Chichorro* mas que nada impede que fosse de seu irmão Rodrigo Afonso<sup>55</sup>;

- A alteração dos esmaltes originais do Portugal-Antigo, como ocorreu no já mencionado caso do bastardo D. Afonso Dinis, em que o campo surge de azul carregado de escudetes de prata<sup>56</sup> (fig. 5);

- A conjugação do Portugal-Antigo com outras armas diferentes, mediante o recurso a uma partição do escudo; estão neste caso os esquartelados de D. Branca<sup>57</sup> (fig. 10) e de D. Afonso<sup>58</sup> (fig. 11), e o escudo palado de D. Leonor Afonso<sup>59</sup> (fig. 12).

O exame das armas arroladas nesta geração permite-nos retirar desde já algumas conclusões: verifica-se pela primeira vez, na heráldica dos membros da Casa Real portuguesa, a partição de um escudo em quatro, adoptando-se o modelo esquartelado, no qual sobressai o respeito pela simetria (dois pares de quartéis iguais) conforme o exemplo castelhano-leonês de Fernando III, e o modelo palado, constituindo este último o

---

Monumentos...”, pp. 38-40, e LIMA, João Paulo de Abreu e, *Armas de Portugal. Origem. Evolução. Significado*, Lisboa, Inapa, 1998 p. 37.

<sup>55</sup> Cfr. BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980, p. 156; SEQUEIRA, *Inventário Artístico...*, vol. III, p. 70. A atribuição deste túmulo a Martim Afonso é conjectural, baseando-se em indícios de dois géneros: o de este varão deter comprovadamente diversos bens no termo de Santarém e se encontrar aí ligado à colegiada de Santa Maria da Alcáçova; e o de constarem as armas de Portugal-Antigo no túmulo. Note-se, porém, que os mesmíssimos factores se poderiam aplicar a Rodrigo Afonso, também bastardo de D. Afonso III, que Sotto Mayor Pizarro apontou como provável irmão inteiro de Martim Afonso, aliás seu testamenteiro e herdeiro dos seus bens escalabitanos. Cfr. PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas: genealogias e estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999, vol. I, p. 174.

<sup>56</sup> SEIXAS, *Contributo para o estudo...*, pp. 29 e 38-45.

<sup>57</sup> O selo da vila de Cifuentes, cujo senhorio D. Branca detinha, datado de 1299, apresenta numa face, como armas próprias e falantes, sete fontes jorrando de uns penedos; e na outra um escudo referente à sua senhora, com um esquartelado de Castela e Portugal-Antigo. Cfr. MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, *Heráldica Medieval...*, p. 127.

<sup>58</sup> O infante D. Afonso usava um esquartelado de Portugal-Antigo e Castela, conforme transparece no seu selo, estudado e publicado em MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, “Algunos Monumentos...”, p. 40; e MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, *Heráldica Medieval...*, p. 128, a partir da gravura publicada por Salazar y Castro nas *Pruebas de la Historia de la Casa de Lara*, p. 632, que por sua vez o observou numa carta de privilégio da Casa de Nájera, datada de 1299.

<sup>59</sup> Conforme o seu selo, datável de 1290, estudado e publicado pelo marquês de Abrantes. O selo contém ao centro um escudo palado de quatro, o primeiro e terceiro carregados cada um de três escudetes semeados de besantes, o segundo carregado de três castelos e o quarto carregado de dois castelos acompanhados em ponta de cinco besantes; o escudo insere-se num quadrilobado no qual aquele autor afirmou figurarem quatro flores-de-lis, o que não parece evidente na fotografia. ABRANTES, *O Estudo da Sigilografia...*, pp. 234-235. A observação directa do referido selo veio revelar outra leitura dos elementos inseridos nos lóbulos: no do chefe figura, de facto, uma flor-de-lis, completada por um castelo no da dextra e por um escudete semeado de besantes no da sinistra. O lóbulo da ponta foi cerceado, não sendo possível qualquer leitura. Desta forma, os lóbulos estão carregados com os sinais respeitantes a D. Leonor: a quina e o castelo das Casas Reais de Portugal e Castela, a flor-de-lis dos *de Soverosa*, terra de que ela era senhora. ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 84, doc. n.º 3869 (trata-se da carta dirigida por D. Leonor Afonso a um juiz de Mortágua, terra cujo senhorio ela detinha, acerca de um litígio de um herdamento em Soverosa, envolvendo nomeadamente um Domingos Joanes de Soverosa).

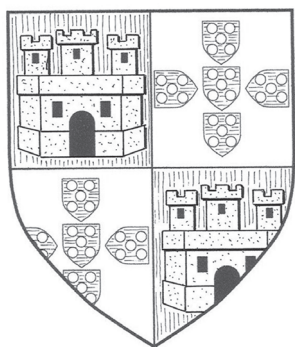


Fig. 10 - Armas da infanta D. Branca, filha de D. Afonso III.

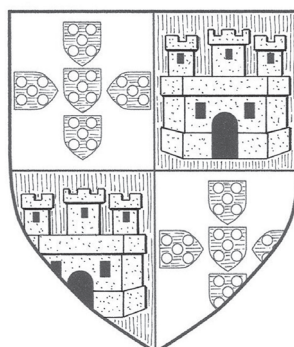


Fig. 11 - Armas do infante D. Afonso, filho de D. Afonso III.

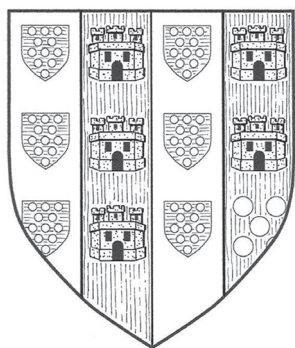


Fig. 12 - Armas da infanta D. Leonor Afonso, filha de D. Afonso III.

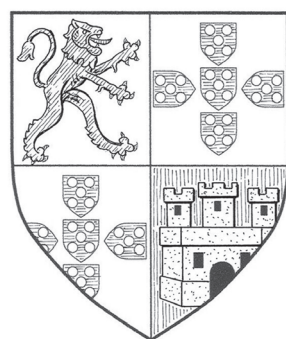


Fig. 13 - Armas de D. Maria Afonso, filha bastarda de D. Dinis.

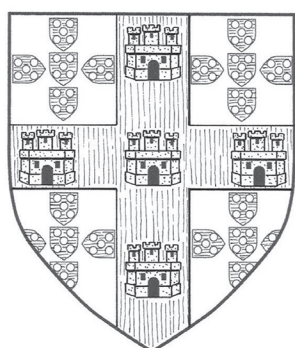


Fig. 14 - Armas de Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis.

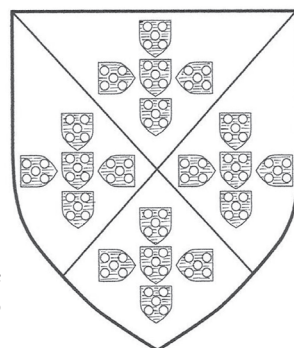


Fig. 15 - Armas de Fernão Sanches, filho bastardo de D. Dinis.

único caso em que os escudetes do Portugal-Antigo abandonaram a sua figuração tradicional em cruz; revela-se a aludida alteração dos esmaltes iniciais do Portugal-Antigo, circunstância que nos abre caminho para a compreensão da influência da cor na primitiva heráldica (a pedra não nos conta tudo o que foi a heráldica medieval...); e perpetua-se, por fim, o uso do Portugal-Antigo (ou mesmo, num caso, do Portugal-Moderno), aparentemente contraditório com a complexidade do sistema de diferenciação observado.

Se passarmos à geração dos netos de D. Afonso III, para lá do rei D. Afonso IV, que manteve o uso das armas reais modernas (ou seja, com a bordadura de castelos), podemos encontrar:

- A permanência do uso do Portugal-Antigo (fig. 6) no selo de D. Maria Afonso<sup>60</sup> e no túmulo de D. Pedro, conde de Barcelos, em São João de Tarouca<sup>61</sup>;
- A conjugação do Portugal-Antigo (ou uma sua variante, num único caso) com armas diferentes, através da partição do escudo ou da introdução de uma peça; temos, assim, os escudos esquartelados de outra D. Maria Afonso<sup>62</sup> (fig. 13), de Afonso Sanches

<sup>60</sup> Atente-se que é a primeira do nome (a distinguir de uma sua meia-irmã homónima, mais nova), que veio a casar com D. João Afonso de Lacerda, filho de D. Afonso de Lacerda. Esta D. Maria Afonso e seu marido jaziam ambos sepultados no mosteiro de São Domingos de Santarém. O seu selo apresenta um escudo de Portugal-Antigo acompanhado em ponta por duas flores-de-lis, figuras estas que o seu sogro D. Afonso de Lacerda introduzira nas suas armas como forma de lembrar a sua ascendência materna capetíngea por via de sua mãe Branca de França, filha de São Luís (Luís IX de França) e mulher do infante D. Fernando de Castela e Leão. Cfr. MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, *Heráldica Medieval...*, pp. 110-119. O selo vem reproduzido em gravura por SOUSA, *Historia Genealógica...*, tomo IV, extra-texto H, estampa XXVII, e em fotografia em ABRANTES, *O Estudo da Sigilografia...*, pp. 260-261. Na mutilada lápide sepulcral de D. Maria Afonso e D. João Afonso de Lacerda, hoje no Museu Municipal de Santarém, podem observar-se, ladeando os pés da figura masculina, duas flores-de-lis. Cfr. SEQUEIRA, *Inventário Artístico...*, p. 70 e estampa CXIV.

<sup>61</sup> Cfr. FERNANDES, Carla Varela, “D. Pedro, conde de Barcelos, e a escolha de S. João de Tarouca como «locus» sepulcral”, in *Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Actas do Colóquio*, Lisboa, Instituto Português de Património e Arqueologia, 2000, pp. 443-450.

<sup>62</sup> O túmulo atribuído a D. Maria Afonso no mosteiro de São Dinis de Odivelas apresenta escudos esquartelados com as armas de Leão no primeiro quartel (com o leão voltado), Portugal-Antigo nos segundo e terceiro, e Castela no quarto. A atribuição tradicional foi contestada por Carla Varela Fernandes, que aponta argumentos relevantes para inviabilizar a identificação da figura jazente como D. Maria Afonso, e propõe em alternativa que se trate do infante D. João, filho do rei D. Afonso IV e de sua mulher D. Beatriz. Não discutiremos aqui a justeza dos argumentos apresentados por esta autora, a não ser na medida em que tocam matéria heráldica. Diz, com efeito, Carla Varela Gomes que “Se aceitássemos que este túmulo pertenceu a D. Maria Afonso (II), então, as armas teriam difícil explicação: as de Portugal fariam sentido, uma vez que era filha de D. Dinis, mas as de Castela e Leão parecem-me menos aceitáveis ou, pelo menos, de mais difícil explicação, pois não só não se sabe quem foi a mãe desta bastarda, como dificilmente podemos aceitar tratar-se de alguém que pertencesse à família real castelhana, sendo, depois, totalmente ignorada pelas fontes”. Ora, como o presente trabalho pretende evidenciar, os escudos do túmulo de Odivelas encaixam perfeitamente na lógica da família real na geração dos netos de D. Afonso III. A solução para este enigma poderá residir num indício que a referida autora revela, ao definir o túmulo, na sua actual constituição, como “uma obra híbrida, que junta, provavelmente, partes de dois túmulos diferentes”. Assim, propomos que se veja no jazente a figura de D. João, como demonstra Carla Varela Fernandes, e na arca as armas de D. Maria Afonso. Note-se ainda que aquele infante, tendo morrido aos dois anos de idade, não teria razão para ter armas próprias, a que não poderia ter dado uso. FERNANDES, Carla Varela, “Proposta de identificação de um jacente medieval. O Infante D. João”, *Artis*, n.º 5, 2006, pp. 73-87.



(neste caso com a partição a ser formada por uma cruz carregada de castelos)<sup>63</sup> (fig. 14), de D. Isabel Afonso<sup>64</sup> (fig. 11) e de Diogo Afonso de Sousa (mantendo-se nos quartéis das quinas a inversão de esmaltes já verificada nas armas de seu pai)<sup>65</sup> (fig. 4); o franchado de Fernão Sanches<sup>66</sup> (fig. 15); e a bordadura adoptada por Lourenço

<sup>63</sup> Afonso Sanches usava pois um escudo de prata com uma cruz de vermelho carregada de castelos de ouro, cantonada por quatro conjuntos de cinco escudetes de azul postos em cruz, besantados do campo. No seu caso, podemos ter a certeza dos esmaltes porque eles aparecem na figuração da sua bandeira, numa iluminura castelhana realizada quando Afonso Sanches se encontrava junto de seu sobrinho, o rei Afonso XI. Facto assinalado em ABRANTES, D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de, "Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa – I – A bandeira heráldica de D. Afonso Sanches", *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, n.º 4, 1982, pp. 79-90, declarando porém o autor desconhecer a origem e localização dessa iluminura (p. 6). Estas vêm explicitadas por PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo, *Manual de Heráldica Española* (prólogo de Faustino Menéndez Pidal), Madrid, Aldaba Ediciones, 1987, pp. 13-15, que, reproduzindo-a, identificou a iluminura como uma cópia do *Libro de las Coronaciones* do mosteiro de São Lourenço do Escorial. São também conhecidos os selos tanto de Afonso Sanches como de D. Teresa Martins, sua mulher, publicados e estudados por ABRANTES, *O Estudo da Sigilografia...*, pp. 259-269, onde se refere uma bibliografia relativamente vasta que tais selos (sobretudo o segundo) despertaram. Existem ainda variadas manifestações líricas das armas deste bastardo de D. Dinis, nomeadamente as várias pedras de fecho de abóbada que se podem ver na igreja de Vila do Conde, onde jaz sepultado com sua mulher (sendo algumas delas coevas, outras posteriores); e as do castelo de Albuquerque, algumas das quais se encontram hoje no Museu Provincial de Badajoz. Cfr. *A Igreja de Santa Clara de Vila do Conde. Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 14, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1938; FERREIRA, José Augusto, *Os Túmulos do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, Porto, Marques Abreu, 1925; BARROCA, *Epigrafia Medieval...*, vol. II, tomo 2, pp. 1296-1313 e 1403-1409. Há ainda uma representação das armas de Afonso Sanches gravadas na cruz oferecida ao mesmo convento vila-condense. Cfr. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, "Sculpture et Orfèverie", in *Aux Confins du Moyen-Age. Art Portugais XII<sup>e</sup> – XV<sup>e</sup> siècle*, s.l., Fondation Europalia International, 1991, p. 94. Assinale-se, por fim, a curiosa circunstância das armas de Afonso Sanches terem sido retomadas na carta de brasão de armas dada em 1567 a Gaspar Gil Carrilho, capitão de cavalos natural de Castelo de Vide, por ser alegadamente descendente daquele bastardo régio. BORREGO, Nuno, *Cartas de Brasão de Armas*, vol. I, Lisboa, Guarda-Mor, 2003, p. 185.

<sup>64</sup> Já atrás, ao tratar da disseminação das insígnias dos Manuéis, referimos e descrevemos o selo de D. Isabel Afonso, que foi primeiro publicado em gravura por SOUSA, *Historia Genealogica...*, tomo IV, extra-texto G, estampa XXI; e depois em fotografia por ABRANTES, *O Estudo da Sigilografia...*, p. 265. Tal selo traz, porém, apenas a figuração das armas do marido de D. Isabel, D. João de Castela, o Torto, acompanhadas das memórias heráldicas das linhagens a que ela pertencia tanto por via paterna como materna. Em contrapartida, o túmulo de um filho do casal, na igreja paroquial de Santa Maria de Dueñas, ostenta quatro escudos, três dos quais alusivos às armas paternas (tanto as armas próprias de D. João, um esquartelado de Leão e Suábia, como as que ele usava como senhor da Biscaia, e que eram as da linhagem de Haro: dois lobos passantes e sotopostos), e o último alusivo às armas maternas, com um esquartelado de Portugal-Antigo e Castela. MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, *Heráldica Medieval...*, pp. 123-124. Pode concluir-se, por conseguinte, que o uso deste esquartelado se perpetuou desde o infante D. Afonso até ao seu neto, passando, naturalmente, por sua filha D. Isabel.

<sup>65</sup> Diogo Afonso de Sousa trazia portanto por armas um esquartelado de Portugal-Antigo com os esmaltes invertidos e de Sousa, sendo esta a mais antiga manifestação cromática conhecida dos antigos sinais desta linhagem: de vermelho, uma caderna de crescentes de prata. Cfr. SEIXAS, *Contributo para o estudo...*, pp. 29 e 45-47. Não se conhecem fontes certas para as armas do seu irmão inteiro Pedro Afonso de Sousa, mas o túmulo de uma neta deste, D. Branca de Vilhena, sepultada na igreja de São Domingos de Guimarães, exhibe curiosas insígnias heráldicas. Vêm-se na tampa sepulcral, a ladear a inscrição, dois escudos: o primeiro é das armas dos Manuéis, em referência ao pai da sepultada, D. Henrique Manuel, conde de Seia; o segundo é um esquartelado de Portugal-Antigo e de uma flor-de-lis, devendo ser referente a D. Beatriz de Sousa, mãe da sepultada, a qual D. Beatriz era, por sua vez, filha do mencionado Pedro Afonso de Sousa e de D. Elvira de Nóboa. Foi formulada a hipótese de estas últimas armas remeterem para a ascendência Sousa (o Portugal-Antigo; e quem sabe se não traria os esmaltes invertidos como nos escudos de Afonso Dinis e de Diogo Afonso de Sousa?) e Nóboa ou eventualmente Enxara (da barragã de D. Afonso III e mãe de Afonso Dinis). Cfr. NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da, *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga. Cidade de Guimarães*, Braga, Assembleia Distrital de Braga, 1985, vol. VII, tomo 2, pp. 304-308.

<sup>66</sup> Fernão Sanches trouxe um escudo franchado com Portugal-Antigo em cada um dos campos, tal como aparece quer no seu túmulo, hoje no Museu Arqueológico do Carmo, quer no seu selo. Sobre o primeiro, datável

Gil<sup>67</sup> (fig. 16).

Da apreciação dos usos heráldicos desta segunda geração é igualmente possível retirarmos algumas ilações: mostra-se desde logo evidente a proliferação dos escudos esquartelados, aparecendo todavia a primeira quebra de simetria dado que, nas armas da segunda D. Maria Afonso, aos dois quartéis de Portugal-Antigo se contrapõem um quartel de Leão e outro de Castela; surge, depois, uma nova partição – o franchado –, derivada do esquartelado; denota-se, por outro lado, o desaparecimento do palado, certamente por se ter revelado uma partição pouco estética e de reduzida eficácia do ponto de vista da identificação imediata e unívoca do utente das armas; ocorre, de novo, o recurso à representação de uma bordadura como forma de diferença; e introduzem-se, pela primeira vez, sinais heráldicos externos às Casas Reais portuguesa e castelhano-leonesa (até então, em todas as formas de conjugação das quinas se havia recorrido ao castelo e/ou ao leão), emergindo em concreto a figuração da caderna de crescentes dos Sosas e uma cruz da Ordem do Hospital, alusiva à condição de Lourenço Gil; e subsiste a aparente contradição, face a um sistema de

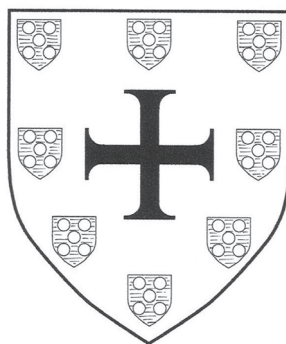


Fig. 16 - Armas de frei Lourenço Gil, filho de Gil Afonso e este filho bastardo de D. Afonso III.

de 1329-1335 e proveniente da capela de Nossa Senhora da Oliveira de Santarém, anexa ao convento de São Domingos, vd. BARROCA, *Epigrafia Medieval...*, vol. 2, tomo 2, pp. 1535-1541; e FERNANDES, Carla Varela, “Vida, Fama e Morte. Reflexões sobre a Coleção de Escultura Gótica”, in ARNAUD; FERNANDES, *Construindo a Memória...*, pp. 300-309. Seguindo a indicação de PIZARRO, *Linhagens...*, vol. 1, p. 198, fomos consultar o exemplar esfragístico em B.N.P. (Reservados), *Pergaminhos*, 49P. Tal como assinalou este autor, encontra-se também apenso ao mesmo documento o selo quadrilobado de D. Froilhe Anes de Sousa, mulher de Fernão Sanches. Tal selo apresenta ao centro o escudo do marido, e em cada um dos lóbulos uma cruz florida e vazia, alusiva aos sinais da linhagem de *Briteiros*. Cfr., sobre estas armas, ABRANTES, D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de, “Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. VIII – As Armas da Linhagem dos de Briteiros”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXVI, 1985, pp. 65-73. Carlos da Silva Lopes apontou que Fernão Sanches teria usado “um escudo franchado de prata e de azul, tendo na prata as cinco quinas de azul, e no azul cinco escudetes de prata carregados de arruelas do campo”, verificando-se portanto uma inversão dos esmaltes, à semelhança do que sucedeu nas armas de Afonso Dinis. Tal atribuição, embora verosímil, deve considerar-se com a devida reserva, uma vez que aquele autor não aduziu provas que viessem corroborar o cromatismo apresentado. LOPES, Carlos da Silva, “Notas Heráldicas. A propósito de uma cruz do século XIV”, *O Concelho de Mafra*, n.º 370, 18 de Julho de 1943, pp. 1-4.

<sup>67</sup> Na arca tumular de frei Lourenço Gil, na igreja de Santa Luzia (anteriormente chamada de São Brás), em Lisboa, pode observar-se um escudo com uma cruz pátea acompanhada em orla por oito escudetes, cada um dos quais carregado de cinco besantes. Trata-se de uma forma de incluir no mesmo escudo uma referência à origem familiar (as quinas) e à função religiosa e militar que ele desempenhava, como comendador de São Brás, na Ordem do Hospital. Como o seu pai, Gil Afonso, bastardo de D. Afonso III, era também ele membro da mesma ordem e comendador de São Brás, pode aventar-se a hipótese de ter feito uso, anteriormente ao filho, de armas semelhantes. Cfr. SEIXAS, *Contributo para o estudo...*, p. 40; VILLAS-BOAS, Ruy Gonçalo de, *Igreja de S. Brás e Santa Luzia, Comenda da Ordem de Malta, separata de Filermo*, 1998/1999, p. 169; e BARROCA, *Epigrafia Medieval...*, vol. II, tomo 2, pp. 1671-1675.

diferenciação complexo, decorrente da continuação do uso do Portugal-Antigo por várias personagens da linhagem régia.

Terminada, desta forma, a observação dos usos heráldicos dos membros da Casa Real portuguesa nas duas gerações abaixo de D. Afonso III, podemos afirmar – a nosso ver com alguma segurança – que:

- As gerações oriundas por via ilegítima dos reis de Portugal mantiveram a figuração das quinas nas suas armas, mas não ao contrário do que sucedeu com os ramos legítimos, como Armando de Mattos sustentou; na verdade, as quinas, e em particular a sua representação específica sob a forma de Portugal-Antigo, não constituíram apanágio dos bastardos régios, pois foram indistintamente usadas por descendentes legítimos e ilegítimos tanto de D. Afonso III como de D. Dinis;
- O campo de Portugal-Antigo, nesta época, não surgiu sempre na sua composição própria e habitual (isto é, de prata, cinco escudetes de azul postos em cruz, cada escudete carregado de besantes do campo), sem qualquer alteração: recordamos as armas de Afonso Dinis (fig. 5) e de Diogo Afonso de Sousa (fig. 4), seu filho, onde ocorreu a inversão dos esmaltes, as de D. Leonor Afonso (fig. 12), com as quinas em grupos de três e em pala, e as de Lourenço Gil (fig. 16), onde os escudetes surgem em número de sete e em bordadura; a figuração das quinas numa composição diferente do Portugal-Antigo aconteceu, por conseguinte, em momento significativamente anterior ao proposto por Armando de Mattos;
- Foi dominante, embora não exclusiva, a figuração do Portugal-Antigo em esquartejado com outras insígnias; perpetuando-se, também, o seu uso sob a forma plena.

Num sistema dominado por esquemas progressivamente complexos de diferenciação das armas, mantendo muito embora como denominador comum a figuração das quinas e em particular sob a forma de Portugal-Antigo, como explicar a permanência desta composição de forma indiferenciada e em vários membros coevos da descendência régia?

Ora, em nosso entender, o que verdadeiramente aconteceu é que para além de uma série de armas individuais e bem demarcadas umas das outras, encontramos também, nas mesmas gerações, um uso difuso e indiferenciado dos antigos sinais da linhagem régia, isto é, os escudetes em cruz, carregados de besantes, vulgo Portugal-Antigo, sem mais. Notemos que dois destes casos – os túmulos de D. Urraca Afonso e de D. Pedro, conde de Barcelos – são provenientes do mesmo cenóbio de

São João de Tarouca<sup>68</sup>; e que outros três – o túmulo atribuível a Martim Afonso ou Rodrigo Afonso, um capitel armoriado e uma pedra de armas hoje inserta na fachada, por cima da rosácea – se inserem todos no convento de Santa Clara de Santarém<sup>69</sup>. Tal facto pode levar-nos a reflectir sobre esta coincidência, que não saberia ser fortuita: a heráldica constituía então uma forma privilegiada de apropriação simbólica das igrejas (sobretudo das monásticas) por parte da nobreza, produzindo o que Laurent Hablot chamou de *heraldização do espaço sagrado*<sup>70</sup>. Ora, nos casos de Santa Clara de Santarém e de São João de Tarouca, o conjunto de túmulos monumentais e elementos decorativos das igrejas, ao ostentarem escudos denotativos da pertença à dinastia real, vinham reforçar a ligação entre esta e aqueles cenóbios. A presença de monumentos fúnebres decorados com as mesmas insígnias, referentes à dinastia real, marcava assim a continuidade dessa ligação, transposta em gerações sucessivas, e assinalava a sua perenidade, por estar gravada na pedra e inserida no espaço sagrado. Deste modo, as armas de Portugal-Antigo, longe de constituírem uma identificação individual dos membros da linhagem régia (e muito menos, como vimos, um sinal de bastardia), pretendiam precisamente o contrário: apontar uma ligação sanguínea difusa, que incluía na mesma noção de linhagem todos os membros que usassem as respectivas insígnias. Como assinalou Menéndez Pidal, no contexto ibérico, o processo de fixação das formas heráldicas revelou-se muito mais lento que na área clássica, sendo os sinais usados com grande frequência em suportes decorativos e formais muito variados até épocas tardias<sup>71</sup>; daí a sobrevivência de um entendimento e de um uso arcaico dos sinais da Casa Real portuguesa, as quinas, em simultâneo com a ocorrência de armas individuais e diferenciadas. No panteão régio de Alcobaça, numerosos túmulos coevos dão-nos a imagem de uma verdadeira profusão de quinas, castelos e leões figurados dentro e fora de escudos, assinalando assim a ligação

<sup>68</sup> Já foi assinalado que, no caso de São João de Tarouca, a ligação remontava às primeiras gerações da dinastia régia, uma vez que o mosteiro já havia sido escolhido como local de sepultamento por D. Aldara, filha de uma outra D. Urraca Afonso e neta do primeiro rei de Portugal. FERNANDES, “D. Pedro, Conde de Barcelos...”, p. 446.

<sup>69</sup> Veja-se a fotografia do capitel em SEQUEIRA, *Inventário Artístico...*, vol. III, estampa CXXIII; recorde-se outrossim que hoje apenas se conserva, no Museu Municipal de Santarém, um fragmento inferior da lápide sepulcral conjunta de D. Maria Afonso e de seu marido D. João Afonso de Lacerda, originária do mesmo convento de Santa Clara. É legítimo presumir que tal lápide contivesse as armas da sepultada, as quais poderiam corresponder ao que ela usava nos seus selos, isto é, um escudo de Portugal-Antigo rodeado dos sinais das demais ascendências régias, tanto suas como do seu marido.

<sup>70</sup> HABLLOT, Laurent, “L’héraldisation du sacré aux XIIe-XIIIe siècles, une mise en scène de la religionchevaleresque?”, in AURELL, M. (dir.), *Actes du colloque Chevalerie et christianisme aux XIIe et XIIIe siècles*, Rennes, 2011, p. 211-233.

<sup>71</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino, “Los comienzos del uso conjunto de varias armerias: cuando, como y por qué”, *Hidalguía*, n.º 200, 1987, p. 309. Por área clássica, entende este autor designar,  *grosso modo*, os territórios centrais do antigo império carolíngio, onde se verificou o surgimento da heráldica: a área franco-inglesa, o nordeste ibérico, o norte de Itália e a antiga Lotaríngia e Alemanha ocidental.

dos sepultados às três dinastias do Ocidente peninsular<sup>72</sup>. Mas a ostentação deste género de sinais genéricos era compatível com a de armas de carácter individual e diferenciado; com efeito, os próprios reis de Portugal, que a partir de D. Afonso III fizeram uso sistemático das armas régias com a inovação da bordadura introduzida por este monarca, não recuaram perante o uso do Portugal-Antigo. Assim o provam alguns exemplares conhecidos de pedras de armas deste rei e dos seus sucessores D. Dinis e D. Pedro I, bem como, de forma mais recorrente, a numária emitida por toda a I Dinastia<sup>73</sup>.

Parece ter havido, por conseguinte, a perpetuação de sinais linhagísticos genéricos, exibidos de forma indiferenciada por todos aqueles que mediante eles manifestavam a sua pertença à dinastia real, a par do uso simultâneo de armas especificamente indicativas de determinados indivíduos, cuja composição foi depois, por vezes, continuada pela respectiva descendência, formando então a heráldica própria de um ramo da família original.

Diremos por conseguinte, à laia de uma conclusão global neste ponto da matéria, que a figuração das quinas é universal nos membros da Casa Real portuguesa desta época, sem distinção quanto à natureza da filiação, sendo preponderante a sua representação sob a forma do Portugal-Antigo, de preferência conjugada em esquartelado com outras insígnias, a princípio apenas retomadas da Casa Real castelhano-leonesa e depois colhidas também na emblemática de outras linhagens ou instituições. E que o uso de escudos simplesmente carregados com o Portugal-Antigo se inscrevia numa lógica primitiva da heráldica medieval portuguesa, que na época em estudo foi convivendo com aquele outro entendimento, mais moderno e mais inspirado nas práticas transpirenaicas.

Regressemos aos Sousas! Em face do que acabámos de expor, e em sentido oposto ao propalado por Simas Alves de Azevedo, advogamos nós ser *lícito presumir* que o bastardo régio Martim Afonso, o *Chichorro*, e depois os seus sucessores, terão feito uso de armas esquarteladas, simétricas, compostas pelo quartel de Portugal-Antigo e por uma outra insígnia adoptada da heráldica castelhano-leonesa. Qual seria ela?

<sup>72</sup> Cfr. SILVA, José Custódio Vieira da, *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003, pp. 45-55, sobretudo a tampa da arca (III) de infante, que Menéndez Pidal atribuiu a um filho do casal régio D. Afonso III e D. Beatriz. MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, *Heráldica Medieval...*, pp. 127-128.

<sup>73</sup> Cfr. BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval portuguesa (862-1422)*, Porto, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000, vol. II, t. 1, n.º 352, pp. 884-888 (D. Afonso III); vol. II, t. 2, n.º 508, pp. 1313-1320 e n.º 532, pp. 1416-1417 (D. Dinis); vol. II, t. 2, n.º 625, pp. 1729-1736 (D. Pedro I). VAZ, J. Ferraro, *Nvmaria medieval portuguesa. 1128-1383*, Lisboa, s.n., 1960.

Se atentarmos nos mencionados usos heráldicos dos filhos de D. Afonso III, verificamos que dois deles – D. Afonso e D. Branca – ostentaram as duas modalidades possíveis do esquartelado simétrico das quinas portuguesas com o castelo castelhano (invertendo-se em cada caso a respectiva precedência) (figs. 11 e 10). Na geração seguinte, vemos que D. Maria Afonso, nas armas que usou, opôs às quinas um leão e um castelo (fig. 13), quebrando assim a simetria até então imperante nos escudos esquartelados; e os seus irmãos Fernão Sanches e Afonso Sanches, por seu lado, adoptaram modelos quadripartidos inéditos, o primeiro com a introdução do franchado (fig. 15), o segundo com o recurso a uma cruz carregada de castelos para formar a partição do próprio escudo (fig. 14), parecendo existir uma súbita necessidade de fugir à composição tradicional do esquartelado simétrico, ainda que mantendo o seu espírito. Porque razão terá tal acontecido? Provavelmente, porque todas as possibilidades de recurso aos esquartelados simétricos de Portugal-Antigo com as insígnias castelhano-leonesas já estariam *ocupadas* por outros membros da linhagem régia portuguesa. Assim sendo, temos de dar como provável que o esquartelado das quinas com o leão já estaria em uso nessa época. Ora, que outro ramo o ostentaria senão aquele que daria origem directa aos *Sousas Chichorros*, que gerações mais tarde faziam uso comprovado dessa mesma composição?

Acreditamos, em suma, que o esquartelado de Portugal-Antigo e de Leão foi usado, desde logo e em primeiro lugar, por Martim Afonso, o *Chichorro*, e depois pelas gerações subsequentes, cujas manifestações heráldicas se ignoram até surgir a primeira representação conhecida, a do aludido D. frei Gonçalo de Sousa, datada de 1469.

No que respeita às insígnias dos *Sousas de Arronches* (fig. 2), temos um testemunho invulgar que, de certo modo, nos relata o seu aparecimento: a mencionada cruz processional de Santo André de Mafra, em cujos botões esmaltados figuram as armas do bastardo régio Afonso Dinis, as atribuíveis à sua mulher Maria Peres *Ribeira* e as do filho de ambos, Diogo Afonso de Sousa. Já vimos que o filho ilegítimo de D. Dinis usava como armas próprias um Portugal-Antigo com os esmaltes invertidos (fig. 5); a herdeira da Casa de Sousa é identificada, naturalmente, com as armas ancestrais desta linhagem: o escudo de vermelho com uma caderna de crescentes de prata, que os heraldistas passaram a referir como Sousa-Antigo; e, na pessoa do referido filho deste casal, surge pela primeira vez o esquartelado de Portugal-Antigo

e Sousa<sup>74</sup>. A cruz de Mafra assinala, assim, o momento de criação desta composição e merece que nos detenhamos um pouco mais na sua mensagem heráldica.

Se Diogo Afonso podia ostentar as armas de seu pai, já diferenciadas como estavam em relação ao rei seu avô, porque não o fez? Talvez por ser filho segundo: elas poderiam caber ao seu irmão Pedro Afonso, exilado em Castela. Acreditamos todavia que assim não sucedeu, porque a descendência deste, estabelecida em Córdoba, também conjugou as insígnias régias portuguesas com as de outra linhagem, neste caso a dinastia real castelhana, optando por uma composição em franchado<sup>75</sup> (fig. 17).

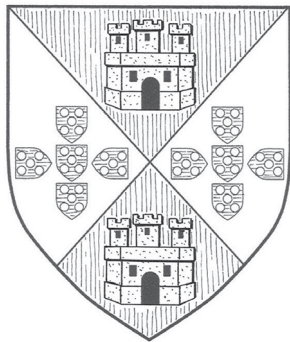


Fig. 17 - Armas dos Sosas de Córdoba ou de Hernán Núñez.

O que estaria então por trás desta vontade de conjugar os sinais da dinastia régia com os dos Sosas? Cremos que a resposta é facilitada pela convergência entre heráldica e onomástica. Diogo Afonso adoptou o apelido de Sousa, que ficou como elemento identificativo da sua descendência. As razões de tal escolha são fáceis de perceber, quando se tem em mente o prestígio da estirpe mas também a espinhosa questão do desmantelamento da herança patrimonial e simbólica dos Souses, em grande parte por acção de dois reis sucessivos, D. Afonso III e D. Dinis, que montaram uma autêntica estratégia de diluição da

<sup>74</sup> Ainda com os esmaltes invertidos, como trazia o pai. Não é fácil datar o abandono desta variação cromática e o conseqüente retorno às armas de Portugal-Antigo, uma vez que os exemplares que conhecemos para as gerações seguintes são em pedra não colorida. Salvo melhor opinião, a primeira representação cromática das armas dos Sosas de Arronches em que surge o Portugal-Antigo nos seus esmaltes originais consiste no armorial da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, datável de finais do século XIV ou princípios do seguinte. Cfr. FERROS, Luís, "A decoração heráldica do tecto da igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira", in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada. 850.º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*, Guimarães: s/n, 1981, vol. IV, p. 395. Uma fotografia a cores da arquitrave em que se insere este escudo pode ser vista em LIMA, *Armas de Portugal...*, p. 107.

<sup>75</sup> Estas armas são atribuídas ao seu filho Vasco Afonso de Sousa, sepultado em Córdoba. Deste descendem os Sosas ditos de Córdoba ou de *Hernán Núñez*, cuja genealogia e heráldica foi primeiro tratada, em Portugal, por D. António Caetano de Sousa, o qual, seguindo a obra de frei Jerónimo de Sousa, *Descripción Genealogica de la Illustre Casa de Sousa, com muchas de las Grandes, y todas las Reales, que de ella participan*, transcreve o leitreiro do sepulcro de Vasco Afonso de Sousa e de sua mulher D. Maria Garcia Carrilho na capela de Santa Maria da catedral de Córdoba, referindo que "nella se vê a sua sepultura com as Armas, que esculpimos no Capitulo I". Esta gravura apresenta um franchado de Castela e Portugal-Antigo. SOUSA, *Historia Genealogica...*, tomo XII, pp. 597-697, a citação vem na p. 606 e a gravura na p. 597. Mais tarde, FREIRE, *Brasões...*, vol. I, p. 276, retomou as indicações heráldicas de D. António Caetano de Sousa sem lhes acrescentar novidade alguma e citando outra fonte espanhola, anónima: *Descripción genealogica y historial de la ilustre Casa de Sousa*, Madrid, 1770, p. 259. Esta obra, conforme se pode ver pelo catálogo em linha da Biblioteca Nacional de España, foi dada à estampa na Imprenta de Francisco Xavier Garcia no referido ano de 1770, e recentemente reimpressa na Corunha (edições Órbigo, 2009). Menéndez Pidal, por sua vez, voltando a mencionar a mesma fonte setecentista consultada por Braamcamp Freire, declarou que o ramo dos Sosas de *Fernán Núñez* trazia um franchado de Portugal-Antigo e Castela. MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, *Heráldica Medieval...*, p. 66.

mais prestigiada linhagem portugalense nas malhas da Casa Real<sup>76</sup>. As armas dos Sousas *de Arronches* (fig. 2) demonstram o sucesso de tal estratégia: as cadernas dos Sousões não sobreviveram na sua forma pura, original, mas apenas em conjugação com os sinais régios. E o esquartelado assim resultante assinala também que este ramo se considerou, desde o início, como legítimo sucessor da herança dos últimos Sousões. Já não se trata de meras memórias linhagísticas, de valor evocativo, mas verdadeiramente de novos sinais identitários de um ramo da linhagem, que poderá invocar por eles a sua ascendência régia, decerto, mas também a sucessão patrimonial e simbólica daquela vetusta casa. Note-se que, no caso de Diogo Afonso de Sousa, a adopção do apelido e o esquartelamento das armas ocorrem em simultâneo na sua pessoa, pelo que nome e armas constituem dois elementos definidores da geração dele oriunda e seriam ambos ostentados e invocados pelos seus descendentes como sinal e prova da pertença a esta linhagem.

Retomemos a questão inicial e vejamos se, face ao exposto, possuímos agora pistas para a resolução do enigma heráldico das duas armas dos Sousas. Vimos que as do ramo *Chichorro* surgiram provavelmente na geração dos filhos de D. Afonso III e que se aplicaram a um bastardo régio e à sua descendência num contexto em que ainda não se verificava a sua associação ao apelido de Sousa. Daí resultou a aparente descontinuidade entre os dois elementos identificativos da linhagem, armas e nome, bem como a ausência, na composição heráldica adoptada, de quaisquer sinais distintivos dos Sousões. Como o escudo já seria esquartelado antes da adopção do apelido, e como já existiria ligação da descendência de Martim Afonso *Chichorro* àquele sinal gráfico identitário, isso invalidava (ou pelo menos tornava menos viável ou apetecível) a inserção de novos elementos. De modo que as armas dos Sousas *Chichorros* (fig. 1) aludem, na verdade, ao carácter diferido da construção da sua identidade linhagística: a heráldica funcionou, aqui, como primeiro elemento identitário, a onomástica veio depois; daí resultou a divergência entre uma e outra. Tal fenómeno inseria-se dentro das práticas típicas da heráldica arcaica do Ocidente ibérico:

“Desde el punto de vista de la historia social y humana notemos que los

<sup>76</sup> O tema já foi abundantemente tratado por diversos autores, de que destacamos MATTOSO, José, *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, pp. 46-50; MATTOSO, José, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Lisboa, Editorial Estampa, ..., vol. I, pp. 115-160; KRUS, Luís, “O rei herdeiro dos Condes: D. Dinis e a herança dos Sousas”, in *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 58-99; GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Carnaxide, Difel Difusão Editorial, 1995, pp. 65-66; PIZARRO, *Linhagens...*, vol. 1, pp. 166-167; e GAMEIRO, Odília Filomena Alves, *A construção das memórias nobiliárquicas portuguesas. O passado da linhagem dos senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica para a Independência de Portugal, 2000, pp. 59-71.



emblemas heráldicos así entendidos fueron la primera marca existente de pertenencia a un linaje, antes de que se señalara el hecho mediante un apellido común, y que esta marca se amplía enseguida a la inclusión en el linaje materno, lo que tardaría aún varios siglos en ser señalado en los apelativos.”<sup>77</sup>

Deste modo, a interpretação do esquartelado atribuível a Martim Afonso, o *Chichorro*, como armas de Sousas *Chichorros* foi um fenómeno posterior: os seus descendentes perpetuaram as suas armas e mais tarde, provavelmente por emulação com o outro ramo concorrente à herança patrimonial e simbólica dos Sousões, colaram-lhes o apelido. E os sinais distintivos dos descendentes do bastardo de D. Afonso III tornaram-se, assim, nas armas dos Sousas *Chichorros*.

Em contrapartida, as armas dos Sousas *de Arronches* (fig. 2) não foram criadas por um bastardo régio, mas sim por um filho dum bastardo régio e duma senhora da casa de Sousa. Assim, neste caso, o primeiro a usar um escudo com armas conjugadas fundiu nelas os sinais paternos (as insígnias régias diferenciadas) com os antigos sinais dos Sousões. E chamou-se, precisamente, Diogo Afonso *de Sousa*: ostentou pois, de imediato, o apelido em consonância com as armas maternas. Além da alusão à origem régia, realizada unicamente por via da presença das quinas, o fundador do novo ramo assumia-se assim duplamente como herdeiro da mais prestigiada linhagem portugalense. A sua descendência agnática reconheceu-se, essencialmente, nesses dois sinais identitários, que passaram a estabelecer uma relação de equivalência entre si: aquele esquartelado representava o novo ramo da antiga linhagem, agora fundida com o sangue real. Tanto assim, que mais ninguém usou as antigas armas plenas dos Sousas. Vivía-se, pois, o momento em que a construção da identidade linhagística passava pela adopção simultânea de um elemento identitário icónico (as armas) e de outro linguístico (o nome), ambos passíveis de representação gráfica (desenho ou escrita) nos lugares e objectos de memória, nos quais figurariam amiúde em conjunto e complemento um do outro.

O enigma das duas armas diferentes parece ter, assim, uma solução à vista: elas corresponderam a cargas semióticas distintas e a momentos diferentes nas estratégias de construção de identidade das linhagens: as dos Sousas *Chichorros* com carácter arcaico, as dos Sousas *de Arronches* com carácter novo. As duas armas apenas tinham dois factores em comum: a presença dos sinais que provavam a ligação à Casa Real portuguesa; e a adopção de armas combinadas sob a forma esquartelada.

<sup>77</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, “Los comienzos...”, p. 308.

Neste último ponto, o presente artigo toca numa problemática complexa: a do surgimento de combinação de armas e, em particular, do esquartelado na heráldica medieval portuguesa. Queremos salientar a necessidade de entendimento da conjugação de armas na sociedade medieval portuguesa não por via da aplicação de um modelo teórico estruturalista, como aquele que Nassiet delineou para a sociedade francesa<sup>78</sup>, mas antes tendo em atenção as variações semióticas da heráldica, cujos sinais, manifestando uma aparente continuidade e semelhança formal, podem induzir a interpretações arriscadas. Neste ponto, a reflexão de partida sobre o fenómeno de conjugação de armas poderá ser fornecida pela visão genérica traçada por Menéndez Pidal para os reinos que viriam a formar a Espanha<sup>79</sup>. E, no caso português, o entendimento de tal fenómeno tem de passar pelo arrolamento das fontes de armas combinadas e pelo estudo das estruturas de parentesco que, tanto do ponto de vista mental como patrimonial e simbólico, lhes poderão estar associadas. E permitirão, eventualmente, compreendê-las.

Os desenhos do presente artigo são da autoria de Duarte Vilardebó Loureiro.

---

<sup>78</sup> Veja-se particularmente NASSIET, Michel, “Nom et blason. Un discours de la filiation et de l’alliance (XIV—XVIIIe siècle)”, *L’Homme*, tome 34, n.º 129, 1994, pp. 5-30; e, do mesmo autor, “Signes de parenté, signes de seigneurie: un système idéologique (XV<sup>e</sup> – XVI<sup>e</sup> siècle)”, *Mémoires de la Société d’Histoire et d’Archéologie de Bretagne*, tome LXVIII, 1991, pp. 175-232.

<sup>79</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, “Los comienzos...?”.



